



Relatório da Diretoria Executiva

Fevereiro 2026

Versão 2

1.ÍNDICE

1. Resumo Geral do Relatório	3
2. Atendimento e Gestão de Segurados	5
2.1. Quantitativo de Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas	5
2.2. Número de Óbitos	6
2.3. Recadastramento Anual	6
2.4. atendimentos Realizados	6
2.5. Benefícios Concedidos e Cessados	7
2.6. Revisão e Reversão de Benefício	8
2.7. Processos de Compensação Previdenciária (COMPREV)	8
3. Gestão de Benefícios Previdenciários	11
3.1. Folha de Pagamento de Benefícios (por espécie e fonte de recurso)	11
3.2. Valores Passíveis de Ressarcimento	13
4. Arrecadações e Contribuições Previdenciárias	14
4.1. Posição da Arrecadação das Contribuições (por espécie)	16
5. Gestão Financeira, Contábil e Patrimonial	19
5.1. Receitas e Despesas por Fonte	19
5.2. Disponibilidades Financeiras	22
5.3. Rentabilidade dos Investimentos (execução da Política Anual)	24
5.4. Listagem e Situação dos Imóveis	25
5.5. Demonstrativo das Despesas Administrativas (por natureza e limite legal)	26

6. Compras e Contratações	28
6.1. Painel de Compras	28
6.2. Contratos Vigentes	30
7. Certificações	32
7.1. Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)	32
7.2. Certificações dos Dirigentes e Conselheiros	33
8. Índice de Situação Previdenciária - ISP RPPS	34
9. Pró-Gestão RPPS	37
10. Anexos	42
10.1. Resumo da Execução da Política de Investimentos	42
10.2. Relatório da Unidade de Controle Interno - UCI	42

1. Resumo Geral do Relatório

No que tange à **concessão de benefícios**, em fevereiro, foram concedidas **21 novas aposentadorias e 1 pensão por morte**. Quanto aos atendimentos, a JFPREV realizou, em fevereiro, um total de **1.722 atendimentos**, subdivididos entre os realizados presencialmente e os fornecidos pelos canais oficiais de comunicação da Autarquia e solicitação de serviços via Prefeitura Ágil.

No tocante à compensação previdenciária, salienta-se que houve o recebimento líquido do valor de **R\$ 1.230.275** referente à competência 12/2025, que abrange 1.423 processos ativos em pagamento de compensação previdenciária. Foram **aprovados 3 novos requerimentos pelo RGPS e 1 novo requerimento por outro RPPS**.

Em relação às **receitas e despesas do mês de fevereiro de 2026**, a JFPREV arrecadou o montante de **R\$52.124.787** oriundos de contribuições previdenciárias, compensação previdenciária, receitas de parcelamento, aportes para amortização do déficit atuarial, rendimentos de aplicações financeiras e restituições. A despesa total do período foi da ordem de **R\$38.520.816**, sendo a maior parte destinada ao pagamento de benefícios previdenciários e à Taxa de Administração. No confronto entre receitas e despesas previdenciárias e administrativas, apurou-se um **superávit financeiro mensal de R\$13.603.971**.

Por fim, no que se refere à **gestão dos investimentos**, em fevereiro, os recursos do Fundo apresentaram rendimento total de **R\$263.883**, com rentabilidade mensal de **0,99%**, não superando a meta atuarial de **0,81%(IPCA+5,89%)** em **-0,12 ponto percentual**. Por outro lado, considerando o acumulado do ano, a rentabilidade alcança 2,20% frente a uma meta acumulada de 1,93%.

No mês de fevereiro foi regularizado o montante de R\$16.474.680 referente ao aporte mensal, para cobertura do déficit atuarial, do valor financeiro correspondente à totalidade da retenção do imposto de renda incidente sobre os benefícios dos aposentados e pensionistas previsto no Art. 108-A da LC 115/2020.

Os parcelamentos de débitos vigentes do Município com o RPPS, 00221/2023, 00862/2025, 00865/2025, 00866/2025 e 00867/2025 foram integralmente quitados nas datas de vencimentos previstas não sendo registrada nenhuma inadimplência.

Internamente, foram realizadas ações de capacitação em 5S e o planejamento do D-OLHO nas instalações da JFPREV. Além disso, foram realizados avanços na adequação da carta de serviços da JFPREV e nos processos de licitação envolvendo a contratação do sistema de gestão previdenciária e das ferramentas de TI para a autarquia (nuvem, ferramenta de e-mail e servidores de arquivos e backup).

2. Atendimento e Gestão de Segurados

2.1. Quantitativo de Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas

Tabela 1

QUANTITATIVO DE SERVIDORES												
Ano: 2026	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
PJF	6.235	6.217	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FUNALFA	29	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DEMLURB	761	757	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROCON	16	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MAPRO	9	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
JFPREV	15	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CMJF	63	63	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL EFETIVOS	7.128	7.106	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aposentados - JFPREV	4.652	4.670	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pensionistas - JFPREV	806	799	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL APOSENTADOS E PENS.	5.458	5.469	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL	12.586	12.575	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

2.2. Número de Óbitos

Tabela 2

NÚMERO DE ÓBITOS													
Ano: 2026	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
Aposentados	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Pensionistas	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
TOTAL	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7

2.3. Recadastramento Anual

Tabela 3

Ano: 2026	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
Segurados Notificados	381	374	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	755
Segurados Atendidos	251	245	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	496
Ausentes	12	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33
Prova de Vida Digital	120	115	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	235

* Houve a retificação referente ao quantitativo de ausentes de janeiro, pois não estavam somados os valores referentes a administração indireta.

2.4. Atendimentos Realizados

Tabela 4

Tipos de Atendimentos	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
Presencial	365	379	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	744
Telefone	286	409	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	695
E-mail	20	43	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	63
Prefeitura Ágil	92	128	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	220
Central da JFPREV	194	403	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	597
Recadastramento Anual	381	360	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	741
TOTAL	1.338	1.722	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.060

2.5. Benefícios Concedidos e Cessados

Tabela 5

APOSENTADORIAS	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
Tempo de Contribuição	10	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20
Especial Professor	8	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16
Outras Especiais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Incap. Permanente Proporcional	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Incap. Permanente Integral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Por idade	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2

Compulsória	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
TOTAL	20	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	41
PENSÕES POR MORTE														
Ativo	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Aposentado	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
TOTAL	5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
BENEFÍCIOS CESSADOS														
Aposentadoria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pensão por Morte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

2.6. Revisão e Reversão de Benefício

Tabela 6

REVISÃO E REVERSÃO	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
Reversão de Aposentadorias	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Revisão de Aposentadorias	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Revisão de Pensão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3

2.7. Processos de Compensação Previdenciária (COMPREV)

No mês de fevereiro de 2026, houve o recebimento do valor de R\$1.226.903 (um milhão, duzentos e vinte e seis mil novecentos e três reais) referente à competência 12/2025, que abrange 1.413 processos ativos em pagamento de compensação previdenciária. Esse valor corresponde ao recebimento de fluxo líquido mensal, oriundo dos processos aprovados, descontado o valor de R\$ 8.206 (oito mil, duzentos e seis reais), pago ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, pertinente aos valores devidos a 29 processos pagos mensalmente ativos em compensação previdenciária, nos quais o Regime Geral de Previdência Social - RGPS é credor do RPPS.

Destaca-se, ainda, que houve o recebimento de valores de fluxo mensal *pro rata* e passivo acumulado da compensação de outros RPPS: R\$3.372 (três mil, trezentos e setenta e dois reais).

Informa-se sobre os valores de estoque RPPS retidos, que aguardam parametrização do sistema para ter seu pagamento efetivado, somando-se o montante de R\$88.021 (oitenta e oito mil e vinte e um reais).

Comunicamos, ainda, que continuam sendo inventariados os processos provenientes de aposentadoria e pensão, da Administração Direta e Indireta, que utilizaram Certidão de Tempo de Contribuição – CTC do Regime Geral (RGPS) e que estão com prazos prescricionais mais próximos.

Destaca-se que atualmente 876 processos aguardam análise no sistema. Tais requerimentos aguardam análise técnica por ordem cronológica do sistema e abrangem os processos enviados ao INSS e os processos enviados a outros RPPS, que englobam os benefícios concedidos pela Administração Direta e Indireta da Prefeitura de Juiz de Fora.

Tabela 7

RGPS	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
Mês Competência	11/25	12/25	01/26	02/26	03/26	04/26	05/26	06/26	07/26	08/26	09/26	10/26	
Processos Ativos	1.410	1.413	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Valor Mês	R\$ 1.889.939	R\$ 1.235.109	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R\$ 3.125.047
Glosa	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R\$ 0
Valor Bruto Mensal	R\$ 1.889.939	R\$ 1.235.109	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R\$ 3.125.047

Valor Pago ao INSS	R\$ 8.206	R\$ 8.206	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R\$ 16.412
Valor Líquido Mensal	R\$ 1.881.732	R\$ 1.226.903	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R\$ 3.108.635
Passivo Bruto	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R\$ 0
Bloqueio na Competência	Não	Não	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Processos Aprovados	7	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
Processos Compensados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RPPS	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL	
Mês Competência	11/25	12/25	01/26	02/26	03/26	04/26	05/26	06/26	07/26	08/26	09/26	10/26		
Processos Ativos	9	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Valor Mês	R\$ 13.675	R\$ 3.372	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R\$ 17.047
Glosa	R\$ 0	R\$ 0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R\$ 0
Valor Bruto Mensal	R\$ 13.675	R\$ 3.372	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R\$ 17.047
Valor Pago aos RPPS	R\$ 0	R\$ 0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R\$ 0
Valor Líquido Mensal	R\$ 13.675	R\$ 3.372	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R\$ 17.047
Passivo Bruto	R\$ 0	R\$ 0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R\$ 0
Estoque (retido)	R\$ 81.519	R\$ 88.021	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R\$ 88.021
Bloqueio na Competência	Não	Não	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Processos Aprovados	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Processos Compensados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

3. Gestão de Benefícios Previdenciários

3.1. Folha de Pagamento de Benefícios (por espécie e fonte de recurso)

Tabela 8

Ano: 2026		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	dez 13°
Tesouro	Aposentados	538	533	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Pensionistas	194	191	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RPPS	Aposentados	4114	4137	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Pensionistas	612	608	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Aposentados		4.652	4.670	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Pensionistas		806	799	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Geral		5.458	5.469	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Folha Aposentados		R\$ 36.422.701	R\$ 36.575.782											
Total Folha Pensionistas		R\$ 3.481.855	R\$ 3.407.331											
Total Folha Geral		R\$ 39.904.556	R\$ 39.983.112											

No período, foram suspensos os pagamentos de 15 (quinze) segurados, em decorrência de pendências relacionadas à ausência de realização do Recadastramento Anual (prova de vida) e à identificação de óbitos por meio de consultas ao CADPREV e a informações encaminhadas pela Secretaria de Saúde, cujas respectivas certidões ainda não haviam sido apresentadas.

As informações disponibilizadas pelo total de folha aposentados e total de folha pensionistas referem-se aos relatórios gerenciais de folha de pagamento. No processamento de folha total realizado no DPR, há valores que não são liquidados para pagamento, tais como: eventuais devoluções de FPM e valores referentes aos benefícios de convênio com o INSS de cujo valor o Município realiza apenas a complementação, sendo, portanto, diferentes dos valores efetivamente liquidados no DCOF.

Ademais, foi necessária a suspensão de 04 (quatro) pagamentos previamente à execução bancária, em razão da constatação de óbito após o encerramento do processamento da folha e uma reversão de aposentadoria.

Em fevereiro de 2026, a JFPREV protocolou junto ao Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal do Brasil, o requerimento Nº 2026/09201024571RW para formalização de adesão ao Programa de Autorregularização com o objetivo de demonstrar as medidas administrativas, técnicas e operacionais a serem adotadas para a regularização das informações prestadas ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial. O programa é destinado a órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tenham dificuldades técnicas para entregar a escrituração do e-Social. Inicialmente as informações relativas a proventos seriam enviadas à RFB por meio do e-social conforme previsto na Instrução Normativa RFB nº 2137/2023, no entanto durante procedimentos internos de conferência e validação das informações transmitidas ao ambiente nacional do eSocial, foram identificadas inconsistências nos eventos periódicos de remuneração e pagamento, decorrentes principalmente de falhas de parametrização das rubricas da folha de pagamento no sistema informatizado utilizado pela JFPREV, bem como limitações na integração entre o referido sistema e o ambiente do eSocial. O eSocial não calcula o IRRF, ele apenas consolida o valor calculado na folha de pagamento do empregador e o envia para a DCTFWeb. Nesse sentido, devido à necessidade de reabertura das folhas de pagamento 2025 para reparametrização e reenvio, optou-se pela adesão à autorregularização.

Com a adesão ao programa de autorregularização, a JFPREV realizou o envio dos dados de IRRF (ano-base 2025), que antes constavam na DIRF, pela ferramenta PGD-C 2026 (Programa Gerador de Declaração de Contingência). De acordo com as regras de adesão ao PGD-C, está sendo elaborado o Plano de Ações para adequação total ao e-Social com prazo previsto de autorregularização até setembro de 2026, que deve contemplar descrição das dificuldades atuais para cumprir as obrigações tributárias acessórias; as ações de conformidade que serão adotadas para solucionar essas dificuldades; e o cronograma de implementação dessas ações.

Os comprovantes/informes de rendimentos do exercício 2026 (ano-base 2025) foram disponibilizados no PRONIM – Portal do Servidor em 27/02/2026.

3.2. Valores Passíveis de Ressarcimento

Tabela 9

						\$
fevereiro 2026	2023	2024	2025	2026	TOTAL	
Aguardando retorno do ofício do banco (dentro do prazo)	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 2.940	R\$ 2.940	
Aguardando retorno do ofício do banco (fora do prazo)	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 8.893	R\$ 0	R\$ 8.893	
Aguardando retorno da notificação	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 2.736	R\$ 0	R\$ 2.736	
Aguardando acordo com familiares	R\$ 0	R\$ 16.565	R\$ 245	R\$ 0	R\$ 16.810	
Encaminhar para cobrança judicial	R\$ 5.846	R\$ 12.583	R\$ 8.872	R\$ 0	R\$ 27.301	
Aguardando retorno PGM - (Processo Adm. nº 3.752/2025)	R\$ 284.552	R\$ 184.901	R\$ 40.741	R\$ 0	R\$ 510.194	
Restituição parcelada via pensão	R\$ 0	R\$ 2.519	R\$ 2.395	R\$ 0	R\$ 4.914	
Valor irrisório	R\$ 520	R\$ 464	R\$ 391	R\$ 0	R\$ 1.375	
Dívida sendo quitada através de acordo	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 5.682	R\$ 0	R\$ 5.682	
TOTAL	R\$ 290.917	R\$ 217.033	R\$ 69.954	R\$ 2.940	R\$ 580.845	

Em relação aos valores passíveis de ressarcimento, no mês de janeiro de 2026 houve a recuperação de R\$1.349 de valores recebidos indevidamente após óbitos. Os valores foram restituídos aos cofres públicos voluntariamente por familiares ou diretamente pela Caixa Econômica Federal após envio de ofícios com base na Lei Federal nº 13.846/2019.

4. Arrecadações e Contribuições Previdenciárias

As principais receitas gerenciadas pela JFPREV são:

Contribuição patronal (art. 109, LC 115/2020): A alíquota de contribuição previdenciária a cargo dos entes patronais, para o custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Juiz de Fora, corresponderá a **23%** (vinte e três por cento) e deverão ser repassadas **até o dia 20 (vinte)** do mês subsequente ao da competência do fato gerador.

Contribuição suplementar para amortização do déficit atuarial (art. 115, LC 115/2020 com Redação dada pela Lei Complementar nº 271/2025): As contribuições correspondentes às alíquotas suplementares terão as mesmas bases de incidência e datas de vencimento das contribuições da contribuição dos segurados. **21,97%** em 2026. Data para repasse: **até o dia 20 (vinte)** do mês subsequente ao da competência do fato gerador.

Contribuição dos segurados (Art. 112, LC 115/2020): Data para repasse: **até o dia 20 (vinte)** do mês subsequente ao da competência do fato gerador. No caso de servidores ativos, a alíquota de contribuição previdenciária a cargo dos segurados ativos para o custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Juiz de Fora corresponderá a **14%** (quatorze por cento), incidente sobre a base de contribuição. Já para aposentados e pensionistas, a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre as aposentadorias e pensões corresponderá a **14%** (quatorze por cento), aplicável sobre o valor da parcela que supere o limite máximo de valor do benefício do Regime Geral de Previdência Social.

Aportes mensais para amortização do déficit atuarial (art. 115, LC 115/2020, com Redação dada pela Lei Complementar nº 271/2025): 36 parcelas no valor de **R\$3.904.792,76** a contar de junho/2025, atualizados na forma de juros compostos, conforme variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desde a data focal de 31 de dezembro de 2024 até a data de vencimento de cada parcela. Data para repasse: **até o dia 20 (vinte)** de cada mês.

Aporte mensal, para cobertura do déficit atuarial, do valor financeiro correspondente à totalidade da retenção do imposto de renda incidente sobre os benefícios dos aposentados e pensionistas (Art. 108-A LC 115/2020 com Redação acrescida pela Lei Complementar nº 255/2024): a partir de 1º de janeiro de 2024, **o valor financeiro correspondente à totalidade da retenção do imposto de renda incidente sobre os benefícios dos aposentados e pensionistas** do RPPS do Município de Juiz de Fora do mês anterior, que vier a ser recolhido até 31 de dezembro de 2050. Data para repasse: até o **10º (décimo) dia útil** de cada mês.

Parcelamentos:

00221/2023 (Lei 14.637/2023): débitos, não decorrentes de contribuições previdenciárias, devidos e não repassados pelo Município (patronal) ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), das competências de janeiro/2012 a dezembro/2014, em até 60 (sessenta) prestações mensais. Data para repasse: até o **último dia útil** de cada mês

00862/2025 (Lei 15.267/2025): repasses mensais das contribuições previdenciárias patronais e suplementares, de acordo com os arts. 109 e 115 da Lei Complementar nº 115, de 4 de julho de 2020, referente ao período que compreende de maio de 2025 a agosto de 2025; em até 60 (sessenta) prestações mensais. Data para repasse: até o **último dia útil** de cada mês

00865/2025 (Lei 15.267/2025): aportes mensais previstos no art. 108-A da Lei Complementar nº 115, de 4 de julho de 2020, referente ao período que compreende: a) de junho de 2024 a dezembro de 2024, inclusive a obrigação referente ao 13º (décimo terceiro) salário do mesmo exercício; b) de maio de 2025 a agosto de 2025; em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas. Data para repasse: até o **último dia útil** de cada mês

00866/2025 (Lei 15.267/2025): aportes mensais para amortização do déficit atuarial previstos no art. 115 da Lei Complementar nº 115, de 4 de julho de 2020, referente ao período que compreende junho de 2025 a agosto de 2025; em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas. Data para repasse: até o **último dia útil** de cada mês

00867/2025 (Lei 15.267/2025): aportes anuais previstos no art. 27 da Lei nº 14.532, de 7 de dezembro de 2022, referente aos anos de 2022, 2023 e 2024; em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas. Data para repasse: até o **último dia útil** de cada mês

Transação como meio de extinção de créditos fiscais (art. 27 da Lei nº 14.532/2022): O Poder Executivo deverá destinar anualmente ao Juiz de Fora Previdência (JFPREV), Unidade Gestora Única do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Juiz de Fora, **pelo menos 5% (cinco por cento) do valor correspondente ao incremento de arrecadação**, obtido por força da aplicação desta Lei.

4.1. Posição da Arrecadação das Contribuições (por espécie)(retificado)

A Tabela 10 apresenta a arrecadação mensal detalhada por tipo de receita e por mês de referência., No encerramento do mês de fevereiro o município possuía uma inadimplência total de R\$ R\$ 19.151.378, composta por: R\$ 1.793.200,00 referentes ao aporte mensal do IR, sendo este valor integralmente composto por multas e correções; R\$ R\$ 16.666.561,00 referentes ao aporte para amortização do déficit atuarial, já incluído nesse montante o valor de R\$ 1.530.188,00 correspondente a multas e correções;R\$ R\$ 691.617,00 referentes às contribuições patronais e suplementares, já incluído neste montante o valor de R\$ 264.479,00 correspondente a multas e correções.

Tabela 10

	Contribuição previdenciária patronal e suplementar				REPASSE DEVIDO	NOTIFICAÇÃO TESOUREIRO			
	DEVIDO	REPASSADO	MULTA	PENDENTE		DATA LIMITE P/ ENVIO DA NOTIFICAÇÃO (10 dias)	DATA ENVIO NOTIFICAÇÃO	Nº PROC ADM/ MEMO	Status
DEZ	R\$ 14.196.210	R\$ 14.196.210	R\$ 238.706	R\$ 238.706	20-jan.	30-jan.	9-fev.	11.019/2024 - 8.398/2026	Despacho 2-8.398/2026
13º	R\$ 13.932.167	R\$ 13.932.167	R\$ 17.230	R\$ 17.230	20-jan.	30-jan.	9-fev.	11.019/2024 17.706/2026	Despacho 3-17.706/2026
JAN	R\$ 19.897.548	R\$ 19.470.410	R\$ 8.543	R\$ 435.681	20-fev.	2-mar.	12-mar.	11.019/2024 19.301/2026	Despacho 1-19.301/2026
TOTAL				R\$ 691.617					
	Aporte mensal IR dos aposentados e pensionistas				REPASSE DEVIDO	NOTIFICAÇÃO TESOUREIRO			
	DEVIDO	REPASSADO	MULTA	PENDENTE		DATA LIMITE P/ ENVIO DA NOTIFICAÇÃO (10 dias)	DATA ENVIO NOTIFICAÇÃO	Nº PROC ADM/ MEMO	Status
SET	R\$ 4.106.893	R\$ 4.106.893	R\$ 353.236	R\$ 353.236	14-out.	24-out.	24/mar.	11324/2023 / MEMO 23216/2026	
OUT	R\$ 4.150.964	R\$ 4.150.964	R\$ 367.040	R\$ 367.040	14-nov.	24-nov.	24/mar.	11324/2023 / MEMO 23216/2026	
NOV	R\$ 4.216.775	R\$ 4.216.775	R\$ 365.219	R\$ 365.219	12-dez.	22-dez.	24/mar.	11324/2023 / MEMO 23216/2026	
DEZ	R\$ 4.160.861	R\$ 4.160.861	R\$ 346.600	R\$ 346.600	14-jan.	24-jan.	24/mar.	11324/2023 / MEMO 23216/2026	

13º	R\$ 3.946.081	R\$ 3.946.081	R\$ 170.865	R\$ 170.865	14-jan.	24-jan.	24/mar.	11324/2023 / MEMO 23216/2026	
JAN	R\$ 4.047.662	R\$ 4.047.662	R\$ 190.240	R\$ 190.240	13-fev.	23-fev.	24/mar.	11324/2023 / MEMO 23216/2026	
TOTAL				R\$ 1.793.200					
Aporte para amortização do déficit									
	DEVIDO	REPASSADO	MULTA	PENDENTE	REPASSE DEVIDO	DATA LIMITE P/ ENVIO DA NOTIFICAÇÃO (10 dias)	DATA ENVIO NOTIFICAÇÃO	Nº PROC ADM/ MEMO	Status
SET	R\$ 4.046.721	R\$ 271.896	R\$ 337.492	R\$ 4.112.317	20-out.	30-out.	26/jan.	11.324/2023 / Despacho 1- 1.050/2026	Despacho 2- 1.050/2026
OUT	R\$ 4.050.626	R\$ 272.141	R\$ 334.104	R\$ 4.112.589	20-nov.	30-nov.	26/jan.	11.324/2023 / Despacho 1- 1.050/2026	Despacho 2- 1.050/2026
NOV	R\$ 4.057.917	R\$ 272.631	R\$ 346.765	R\$ 4.132.051	20-dez.	30-dez.	26/jan.	11.324/2023 / Despacho 1- 1.050/2026	Despacho 2- 1.050/2026
DEZ	R\$ 4.071.308	R\$ 273.531	R\$ 332.742	R\$ 4.130.519	20-jan.	30-jan.	26/jan.	11.324/2023 / Despacho 1- 1.050/2026	Despacho 2- 1.050/2026
JAN	R\$ 4.084.744	R\$ 4.084.744	R\$ 179.085	R\$ 179.085	20-fev.	2-mar.	3/mar.	11.324/2023 / Despacho 4 - 1.050/2026	Despacho 4 - 1.050/2026
TOTAL				R\$ 16.666.561					
TOTAL GERAL				R\$ 19.151.378					

4.2. Acordos de Parcelamento

Tabela 11

Relatório de Cumprimento dos Parcelamentos	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
Parcelamento NAF - Lei 14637/2023 - Nº da Parcela	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	50
Valor Devido (R\$)	R\$ 2.045.248	R\$ 2.059.906											R\$ 4.105.154
Valor Pago (R\$)	R\$ 2.045.248	R\$ 2.059.906											R\$ 4.105.154

Valor Inadimplente (R\$)	0	0																		
Parcelamento Lei 15.267 de 05 de dezembro de 2025 - Número da Parcela	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12								
ACORDO 00862/2025 (PATRONAL/SUPLEMENTAR)	R\$ 946.465	R\$ 960.905																		
ACORDO 00865/2025 (APORTE IR)	R\$ 847.208	R\$ 860.133																		
ACORDO 00866/2025 (APORTE AMORT DEFICIT)	R\$ 192.542	R\$ 195.480																		
ACORDO 00867/2025 (LEI TRANSAÇÃO)	R\$ 147.605	R\$ 149.857																		
Valor Devido (R\$)	R\$ 2.133.820	R\$ 2.166.375																		R\$ 4.300.194
Valor Pago (R\$)	R\$ 2.133.820	R\$ 2.166.375																		R\$ 4.300.194
Valor Inadimplente (R\$)	R\$ 0,00	R\$ 0,00																		
Valor Total Devido (R\$)	R\$ 4.179.067	R\$ 2.209.763																		R\$ 6.388.831
Valor Total Pago (R\$)	R\$ 4.179.067	R\$ 4.226.281																		R\$ 8.415.345
Valor Total Inadimplente (R\$)	R\$ 0,00	R\$ 0,00																		

Assinado por 5 pessoas: AROLDO ANGELO LINO, ENELIZA CAMILA DE OLIVEIRA, PAULA RIANI ALVES DE FREITAS SCARES, SIMONE MOREIRA DA SILVA e DAVI RIANI GOTARDELO
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juizdefora.1doc.com.br/assinaturas/31103490-29BB-2763-e-Informe-e-edi-31103490-29BB-2763>



5. Gestão Financeira, Contábil e Patrimonial

5.1. Receitas e Despesas por Fonte

A **receita** total arrecadada pela Juiz de Fora Previdência- JFPREV, no mês de fevereiro de 2026, foi da ordem de **R\$52.124.787**. Os valores referem-se às contribuições previdenciárias, à compensação previdenciária, à receita de parcelamento da Lei nº 14.637/23, ao aporte para amortização do déficit atuarial, conforme a Lei Complementar nº 271/2025, aos rendimentos de aplicações financeiras, às restituições e aos valores referentes ao Parcelamento previsto na Lei 15.267 de 05 de dezembro de 2025 . Cumpre destacar também o valor de R\$20.361, valor principal acrescido de rendimentos, referentes aos Serviços Administrativos, percentual cobrado pelos serviços de cálculo e gerenciamento da margem consignável em folha de pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Tabela 12

RECEITAS													
Fonte 1800 - Rec. Previdenciárias	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
Contrib. Servidor (14%)	R\$ 13.463.636	R\$ 6.736.824											R\$ 20.200.460
Contrib. - Sentenças Judiciais	R\$ 4.589	R\$ 23.686											R\$ 28.275
Contrib. Patronal (23%)	R\$ 27.665.612	R\$ 10.869.450											R\$ 38.535.062
Contrib. Suplementar	R\$ 7.243.072	R\$ 8.647.866											R\$ 15.890.938
Contrib. Suplementar - Multa/Corr.	R\$ 48.889	R\$ 236											R\$ 49.125
Compensação Financeira	R\$ 1.890.547	R\$ 1.238.481											R\$ 3.129.028
Rendimentos Aplicação Financeira RPPS	R\$ 142.247	R\$ 190.466											R\$ 332.713
Restituição ao Fundo	R\$ 0	R\$ 631											R\$ 631
Contrib. Servidor Ativo - Multa/Corr.	R\$ 0	R\$ 0											R\$ 0
Contrib. Servidor Inativo -	R\$ 0	R\$ 0											R\$ 0

Multa/Corr.													
Contrib. Pensionista - Multa/Corr.	R\$ 0	R\$ 0											R\$ 0
Contrib. Patronal Serv. Ativo - Multa/Corr.	R\$ 150.647	R\$ 17											R\$ 150.664
Contrib. Patronal Pens. - Multa/Corr.	R\$ 2.916	R\$ 0											R\$ 2.916
Contrib. Patronal Apos. - Multa/Corr.	R\$ 70.790	R\$ 0											R\$ 70.790
Restituições - Parc.Lei 14637/2023	R\$ 2.045.248	R\$ 2.059.906											R\$ 4.105.154
Aporte para amortização do déficit - IR + LC 271/2025+ Parc.	R\$ 4.199.556	R\$ 19.530.580											R\$ 23.730.136
Atualização dos parcelamentos - 0,43%	R\$ 0	R\$ 37.977											R\$ 37.977
Total Receita	R\$ 56.927.749	R\$ 49.336.119											R\$ 106.263.868
Receitas - Fonte 1500 - Tesouro	R\$ 5.512.121	R\$ 2.697.553											R\$ 8.209.675
Receitas Serv. Adm. - Fonte 1501	R\$ 21.327	R\$ 20.361											R\$ 41.689
Receitas - Fonte 1802 - Rend. Tx de Adm.	R\$ 74.391	R\$ 70.753											R\$ 145.144
RECEITA TOTAL	R\$ 62.535.589	R\$ 52.124.787											R\$ 114.660.376

Por sua vez, a **despesa** totalizou **R\$38.520.816**. Desse montante, R\$34.941.592 referem-se ao pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte custeados com recursos do RPPS, correspondentes à folha de aposentados e pensionistas. O valor de R\$2.697.553 corresponde ao pagamento de aposentadorias e pensões por morte custeadas com recursos do Tesouro Municipal.

O montante de R\$8.206,00 refere-se ao pagamento do COMPREV, além de R\$873.465,00 destinados às despesas da Taxa de Administração. Assim, no confronto entre a receita e a despesa previdenciária com pessoal do RPPS e a Taxa de Administração, apura-se um **superávit financeiro** da ordem de **R\$13.603.971**.

Tabela 13

DESPESAS													
Despesas - Fonte 1800	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
Aposentadoria	R\$ 64.633.281	R\$ 32.699.842											R\$ 97.333.123
Aposentadoria Exercício Anterior	R\$ 57.712	R\$ 24.337											R\$ 82.049
Pensão por Morte	R\$ 4.366.856	R\$ 2.180.267											R\$ 6.547.123
Pensão por Morte - Exercício Anterior	R\$ 68.155	R\$ 37.145											R\$ 105.300
Sentenças Judiciais Exercício anterior	R\$ 0	R\$ 0											R\$ 0
Total Despesas - Fonte 1800	R\$ 69.126.004	R\$ 34.941.592											R\$ 104.067.596
Despesas - Fonte 1500													
Aposentadoria	R\$ 3.726.147	R\$ 1.826.444											R\$ 5.552.591
Pensão por Morte	R\$ 1.752.259	R\$ 865.418											R\$ 2.617.677
Aposentadoria Exercício Anterior	R\$ 13.191	R\$ 5.561											R\$ 18.752
Pensão por Morte - Exercício Anterior	R\$ 20.264	R\$ 0											R\$ 20.264
Sentenças Judiciais – Exercício Anterior	R\$ 0	R\$ 0											R\$ 0
Salário-Família	R\$ 260	R\$ 130											R\$ 390
Total Despesas - Fonte 1500	R\$ 5.512.121	R\$ 2.697.553											R\$ 8.209.675
COMPREV	R\$ 8.206	R\$ 8.206											R\$ 16.412
COMPREV - INSS - Fonte 1800	R\$ 8.206	R\$ 8.206											R\$ 16.412
Taxa de Administração - Fonte 1802	R\$ 873.465	R\$ 873.465											R\$ 1.746.929
DESPESAS TOTAIS	R\$ 75.519.796	R\$ 38.520.816											R\$ 114.040.612
DÉFICIT/SUPERÁVIT FINANCEIRO	-R\$ 12.984.207	R\$ 13.603.971											R\$ 619.764

5.2. Disponibilidades Financeiras

No que concerne às informações sobre a **disponibilidade financeira**, evidenciam-se os valores que ficaram registrados na contabilidade como disponíveis em 31/01/2026, considerando separadamente o fluxo financeiro dos recursos repassados e as despesas efetuadas em fevereiro de 2026, visando demonstrar a disponibilidade financeira em 28/02/2026, cujo valor foi da ordem de **R\$51.253.035,03**, conforme Tabela 14. No confronto do valor da disponibilidade contabilizada no SIAFEM com o saldo mensal de produtos em investimentos, de acordo com extratos bancários, apura-se uma diferença de R\$2.204.162,36, devidamente justificada na Tabela 15.

Tabela 14

Fluxo Financeiro	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
Saldo Anterior (A)	R\$ 14.061.223	R\$ 14.952.317											
Receitas													
Contribuição Previdenciária + parc. ctr	R\$ 48.425.894	R\$ 26.322.824											R\$ 74.748.718
Compensação Previdenciária	R\$ 1.882.341	R\$ 1.230.491											R\$ 3.112.832
Rendimento Aplic. Financeira	R\$ 223.699	R\$ 267.261											R\$ 490.960
Parcelamento RPPS - NAF	R\$ 2.045.248	R\$ 2.059.906											R\$ 4.105.154
Multas e correções de contrib.	R\$ 273.241	R\$ 253											R\$ 273.494
Demais Receitas - Serv. Adm.	R\$ 14.267	R\$ 14.951											R\$ 29.217
Receita IR + Aporte + Parcelamento IR e Aporte	R\$ 4.199.556	R\$ 19.568.557											R\$ 23.768.113
Transf. TESOURO + CMJF	R\$ 5.148.639	R\$ 2.707.666											R\$ 7.856.305
Total Transferido (B)	R\$ 62.212.885	R\$ 52.171.908											R\$ 114.384.793
Despesas													
Aposentadorias e Pensões	R\$ 60.726.828	R\$ 15.607.076,56											R\$ 76.333.905
Despesas Taxa de Adm.	R\$ 594.962	R\$ 264.114,29											R\$ 859.077
Total da Despesa (C)	R\$ 61.321.790	R\$ 15.871.190,85											R\$ 77.192.981
Receitas - Despesas (D = B - C)	R\$ 891.094	R\$ 36.300.717,53											R\$ 37.191.812
Disponibilidade (E = A + D)	R\$ 14.952.317	R\$ 51.253.034,82											

Tabela 15

CONTA	BANCO	SIAFEM	DIFERENÇA	DESCRIÇÃO
0126/006/00071018-5 - RPPS COMPENSAÇÃO	R\$ 0	R\$ 220	-R\$ 220	Valor referente a bloqueio judicial que se mantém aguardando solução da Procuradoria Geral do Município – PGM e Secretaria da Fazenda.
0126/006/00071071-1 - JFPREV COMPENSAÇÃO	R\$ 30.471	R\$ 30.471	R\$ 0	
0126/006/00071073-8 - JFPREV TX ADM	R\$ 5.217.625	R\$ 5.217.625	R\$ 0	
0126/006/00071074-6 - JUIZ DE FORA PREVIDÊNCIA - JFPREV	R\$ 3.533.826	R\$ 1.597.251	R\$ 1.936.576	O valor divergente refere-se a parcela de janeiro e fevereiro do Parcelamento nº 862/2025 – CADPREV, cujo ingresso financeiro ocorreu no banco, porém ainda não foram contabilizados no sistema SIAFEM, pois aguarda definição da natureza contábil específica para o correto lançamento.
0126/006/00071098-3 - RESERVA ADM	R\$ 2.070.078	R\$ 2.070.078	R\$ 0	
0126/006/00071102-5 - JFPREV OUTRAS REC.	R\$ 619.134	R\$ 619.134	R\$ 0	
0126/006/00071119-0 - JFPREV PARCELAMENTO DE DEBITOS	R\$ 582.106	R\$ 582.106	R\$ 0	
0126/006/00071123-8 - JFPREV FOLHA PESSOAL	R\$ 29.831.313	R\$ 29.557.485	R\$ 273.828	As divergências são relativas à execução do pagamento de folha contabilizada no SIAFEM em janeiro e efetivada no banco em fevereiro e valores de sustação que estão sendo detalhadas e resolvidas pela SGFI/DCOF/JFPREV.
0126/006/00711262 - JFPREV MOVIMENTO	R\$ 2.286.873	R\$ 2.292.894	-R\$ 6.021	R\$1.737,93 - Não há saldo contábil para realizar a regularização no SIAFEM, devido às sustações das consignações que consumiram o saldo, mas já está sendo resolvido com a contabilidade da PJF e a Secretaria da Fazenda. R\$6.030,23 lançado no SIAFEM em 31 de outubro saiu do banco em 01/11. O DAM foi pago mas não foi dada a baixa no SIAFEM. R\$650,68 referente a OB executada no SIAFEM e não saiu do banco em maio e outras diferenças que estão em apuração.
0126/006/00071128-9 - JFPREV REPASSE APORTE IR	R\$ 6.537.506	R\$ 6.537.506	R\$ 0	
0126/006/00711440 - PARCELAMENTO DÉFICIT	R\$ 2.652.254	R\$ 2.652.254	R\$ 0	
001/25925/52082-9 - JFPREV	R\$ 96.011	R\$ 96.011	R\$ 0	
TOTAL	R\$ 53.457.197	R\$ 51.253.035	R\$ 2.204.162	

5.3. Rentabilidade dos Investimentos (execução da Política Anual)

No encerramento de fevereiro, o **saldo dos recursos** contabilizava o valor de **R\$53.457.197**, sendo R\$46.169.457 referente a recursos previdenciários e R\$ 7.287.739 referente a recursos administrativos e o **rendimento total foi de R\$263.883**.

A rentabilidade no mês de fevereiro foi de 0,99% frente a meta atuarial de 0,81% (IPCA+5,89%). Portanto, a meta de rendimento mensal não foi superada em 0,12%. No mês, o IPCA foi de 0,70%.

Acrescenta-se, por fim, que o Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR referente ao encerramento de fevereiro não foi enviado ao Ministério da Previdência dentro do prazo estabelecido. O CADPREV (Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social) ainda está sendo adaptado em virtude das alterações promovidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025, motivo pelo qual não foram enviados o DAIR referente a fevereiro e o DPIN referente a 2026 que tem como novo prazo para envio o mês de abril de 2026. Os demonstrativos são públicos e podem ser consultados no campo "Consultas Públicas" da página <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/index.xhtml>.

No mês de março, conforme aprovado na Política de Investimentos para 2026, foram aplicados R\$6.200.000 no fundo.

Tabela 16

Relatório de Investimentos	jan.-26	fev.-26	mar.-26	abr.-26	mai.-26	jun.-26	jul.-26	ago.-26	set.-26	out.-26	nov.-26	dez.-26	TOTAL
Rentabilidade	1,20	0,99											2,20
IPCA + 5,89%	0,81	1,11											1,93
p.p. indexador	0,39	-0,12											0,27

5.4. Listagem e Situação dos Imóveis

Tabela 17 (Retificada)

Nº	MATRICULA	INSCRIÇÃO	LOCALIDADE	DATA DA AQUISIÇÃO	Referência	Valor Laudo	Participou do Leilão	Proposta
1	46.595 - 3º ORI	88348000	RUA ONOFRE O. SALLES, 220-JP	1/4/2021	Santa Maria - JK	R\$ 6.655.000,00	Sim	Não
2	15.936 - 2º ORI	23697028	RUA DR. JOSÉ HERMÓGENES DUTRA, 176- JP	1/4/2021	Boa Vista (Bom Pastor)	R\$ 1.331.000,00	Não (ação popular)	Não participou
3	47.460 - 2º ORI	23699020	RUA DR. AGÁPIO VAZ DE MELO, 233-JP	1/4/2021	Mansões do Bom Pastor	R\$ 465.850,00	Sim	Não
4	28.585 - 2º ORI	65757001	RUA DR. AGÁPIO VAZ DE MELO, 223-EF	1/4/2021	Mansões do Bom Pastor	R\$ 3.993.000,00	Sim	Não
5	33.381 - 2º ORI	106037000	ALAMEDA ILVA DE MELLO REIS	1/4/2021	Terras Altas (Sentido Floresta)	R\$ 6.655.000,00	Não	Não participou
6	85.890 - 3º ORI	47022001	AV. GARCIA RODRIGUES PAES, 12.425-JP C1	1/4/2021	Pq Exposições	R\$ 70.780.405,00	Não (ação popular)	Não participou
7	85.891 - 3º ORI	47022002	AV. GARCIA RODRIGUES PAES, 12.425-JP Área CESAMA - C2	1/4/2021	CESAMA - Pq Exp	R\$ 2.588.297,00	Não	Não participou
8	5.136 - 3º ORI	16286001	RUA DR. ASCLEPIADES DA PAIXÃO LUCAS, 391-JP - ÁREA "A" - COND. PORTAL DA TORRE.	1/4/2021	Portal da Torre	R\$ 7.291.993,75	Não	Não
9	2.001 - 1º ORI	66159001	RUA CLÓVIS SEROA DA MOTTA, 205-JD	1/4/2021	São Geraldo	R\$ 5.069.373,66	Sim	Não
10	39.940 - 3º ORI	95261000	RUA LUÍZA FERNANDES, N° 143	1/4/2021	Nova Era	R\$ 2.146.359,00	Não (ocupado)	Não
11	82.959 - 3º ORI	037594010 / 037594012	AV. BRASIL, 2.001-JP - PRAÇA DOS PODERES	1/4/2021	Casa da Mulher	R\$ 13.867.500,00	Não	Não participou
12	24.865 - 1º ORI	27726003	RUA OSCAR VIDAL, ÁREA "B" - FRENTE MÚLTIPLA COM A RUA MIGUEL B LIMA	1/4/2021	Oscar Vidal	R\$ 817.000,00	Sim	Não
13	86.382 - 1º ORI	61219000	RUA MARIA DE ALMEIDA SILVA, ÁREA "B"	1/4/2021	Teixeiras	R\$ 7.078.876,88	Não	Não participou
14	19.716 - 3º ORI	55167012	FAIXA DE DOMÍNIO DA BR 040; PRÓXIMO À CONFLUÊNCIA DA AV. DR. SIMEÃO DE FARIA - BAIRRO SANTA CLARA	1/4/2021	BR040	R\$ 3.649.800,00	Não (ocupado)	Não

5.5. Demonstrativo das Despesas Administrativas (por natureza e limite legal)

Tabela 18

Fevereiro 2026	RPPS	Taxa Administração	Serviço Adm.	Total
Receitas				
Contribuição Previd. (Servidor-Patronal)	R\$ 16.732.810	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 16.732.810
Contribuição Suplementar	R\$ 8.647.866	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 8.647.866
Compensação Financeira	R\$ 1.238.481	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 1.238.481
Contrib. Patronal Ativos/Apo/Pens./SUPLEMENTAR - Multa/Corr.	R\$ 253	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 253
Rendimento Aplicação Financeira	R\$ 190.466	R\$ 70.753	R\$ 6.041	R\$ 267.261
Taxa de Administração	R\$ 0	R\$ 873.465	R\$ 0	R\$ 873.465
Restituição ao RPPS	R\$ 631	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 631
Demais Receitas - Serviços Adm.	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 14.320	R\$ 14.320
Contribuição Sentenças Judiciais	R\$ 23.686	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 23.686
Restituições - Parc. Lei 14637/23	R\$ 2.059.906	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 2.059.906
Aporte p amort de déficit atuarial - IR	R\$ 19.530.580	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 19.530.580
Atualização do valor do Parcelamento	R\$ 37.977	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 37.977
Total da Receita (A)	R\$ 48.462.655	R\$ 944.218	R\$ 20.361	R\$ 49.427.234
Despesas				
Aposentadoria e Pensão por Morte	R\$ 34.941.592	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 34.941.592
Pessoal, Encargos	R\$ 0	R\$ 228.145	R\$ 0	R\$ 228.145
Aporte p amort de déficit atuarial - LC 271/2025	R\$ 0	R\$ 8.696	R\$ 0	R\$ 8.696
PASEP	R\$ 0	R\$ 9.091	R\$ 197	R\$ 9.288
COMPREV - INSS	R\$ 8.206	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 8.206

Retribuição Conselhos e Comitê	R\$ 0	R\$ 14.858	R\$ 0	R\$ 14.858
Energia Elétrica, Telefonia e Internet	R\$ 0	R\$ 7.074	R\$ 0	R\$ 7.074
Aluguéis, Condomínios e IPTU	R\$ 0	R\$ 13.150	R\$ 0	R\$ 13.150
Serviços de Consultoria e Assessoria	R\$ 0	R\$ 13.465	R\$ 0	R\$ 13.465
Sistemas, Softwares e Dados	R\$ 0	R\$ 29.203	R\$ 0	R\$ 29.203
Impressos, Correios, Arquivo e Serviços Gráficos	R\$ 0	R\$ 365	R\$ 0	R\$ 365
Terceirizados (Limpeza)	R\$ 0	R\$ 3.948	R\$ 0	R\$ 3.948
Total da Despesa (B)	R\$ 34.949.798	R\$ 327.995	R\$ 197	R\$ 35.277.990
Receitas - Despesas (C = A - B)	R\$ 13.512.857	R\$ 616.223	R\$ 20.165	R\$ 14.149.245

6. Compras e Contratações

6.1. Painel de Compras

Tabela 19

Descrição	Prioridade	Modalidade	DFD	ETP	TR	PARECER PGM	PARECER SELICON	APROVAÇÃO CGCC
Censo Previdenciário	Urgente	Dispensa sem Disputa	Concluído	Concluído	Concluído	Concluído	Concluído	Concluído
Boleto	Urgente	Dispensa sem Disputa	Concluído	Concluído	Concluído	Concluído	Concluído	Concluído
Clínicas	Média	Credenciamento	Concluído	Pendente	Pendente	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado
SIRC	Média	Inexigibilidade	Concluído	Concluído	Concluído	Pendente	Pendente	Pendente
Sistema de Gestão Previdenciária	Urgente	Pregão	Concluído	Concluído	Concluído	Pendente	Pendente	Pendente
Receptionistas	Média	Pregão	Concluído	Concluído	Concluído	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado
Material de Identidade Visual	Média	Dispensa com Disputa	Pendente	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado
Geladeira e Frigobar	Baixa	Dispensa com Disputa	Concluído	Concluído	Concluído	Pendente	Pendente	Concluído
Certificadora Pró-Gestão	Baixa	Dispensa sem Disputa	Concluído	Pendente				Não Iniciado
Contrato EMTEC	Média	Inexigibilidade	Pendente	Pendente	Pendente	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado
Crachá de identificação	Média	Adiantamento Cartão	Pendente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Serviços de Cloud + Configuração de Infra-Estrutura	Urgente	Dispensa com Disputa	Pendente	Pendente	Pendente	Não Iniciado	Não Iniciado	Não Iniciado
Estrutura Multimídia para Sala de Reunião		Participação em Atas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	Não Iniciado

Ferramenta Colaborativa e E-mail									Não Iniciado
Seguro Patrimonial									Não Iniciado

6.2. Contratos Vigentes

Tabela 20

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA	OBJETO	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL	VALOR MENSAL
12.022.001	EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV S.A.	Prestação de serviços estratégicos de solução de tecnologia da informação pela Dataprev	06/01/2022 a 06/01/2027	Valor Anual R\$ 33.600,00	Valor Mensal R\$ 2.800,00
12.025.003	REPROCÓPIA	Locação de Equipamentos de Impressão, com fornecimento de equipamentos novos, suporte técnico on-site, treinamento, fornecimento de todos os suprimentos, consumíveis, componentes e peças necessários para o perfeito funcionamento da solução, exceto papel	21/07/2025 a 20/07/2028	Valor Global: R\$ 22.228,56	Valor Mensal R\$ 617,46
12.021.002	HGD	Locação do imóvel onde está sediada a JFPREV	De 10/06/2021 a 10/06/2026	Valor Anual R\$ 120.000,00	Valor Mensal R\$ 10.000,00
12.021.003	CEMIG	Fornecimento de energia	Indeterminado	Consumo via medição	Consumo mensal via medição
12.021.004	CEMIG	Fornecimento de energia	Indeterminado	Consumo via medição	Consumo mensal via medição
12.022.005	CORREIOS	Serviços Postais	25/08/25 a 24/08/2026	Valor Global Estimado R\$ 24.000,00	Consumo mensal conforme demanda
12.022.006	GOVBR	Prestação de serviço de tecnologia da informação para fornecimento de Sistema de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamentos	01/11/2024 a 01/11/2026	Valor Global R\$110.493,36	Valor Mensal R\$ 9.207,78
12.022.119	TELEALPHA	Fornecimento de centrais telefônicas para atualização (upgrade) de Software e Hardware usando sistema convencional (STFC) e de voz sobre IP (VOIP)	27/07/2025 a 27/07/2026	Valor Global R\$ 21.279,84	Valor Mensal Estimado a R\$1.773,32
12.022.162	VIRTUAL TELECOM LTDA	Comunicação multimídia da rede metropolitana nas modalidades VPN e internet	26/08/2024 a 25/08/2027	Valor Anual Estimado JFPREV R\$ 21.205,32	Valor Mensal Estimado a

					R\$1.767,11
12.024.002	DISNIBRA COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA.	Aquisição de Relógio Biométrico com fornecimento de software, a ser instalado na Juiz de Fora Previdência - JFPREV (prorrogação contratual)	17/05/2025 a 16/05/2026	Valor Global R\$ 2.280,00	Valor Mensal R\$ 190,00
01.2024.001 /02	ASTRANSP	Fornecimento de vale-transporte para atender o deslocamento dos servidores da JFPREV	26/01/2026 a 25/01/2027	Valor Global Estimado R\$ 41.231,25	Consumo mensal conforme demanda
01.2022.002 /03	CÉLULA GESTÃO DE DOCUMENTOS, ARQUIVOS E INFORMAÇÕES LTDA	Prorrogação de Vigência Contratual	04/03/2025 a 03/03/2026	Valor Global Estimado a R\$15.159,06	Valor Mensal Estimado a R\$1.324,81
12.024.004	LDB CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA	Consultoria em assessorar Regimes Próprios de Previdência Social em investimentos com base em informações do mercado financeiro e de capitais	25/10/2025 a 24/10/2026	Valor Global Estimado R\$ 17.576,16	Valor Mensal R\$ 1.464,68
12.025.004	FORTIS	Elaboração de projeto, fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado, para 06 (seis) das salas da sede da Juiz de Fora Previdência – JFPREV	11/08/25 a 10/08/2026	Valor Global R\$ 93.591,00	Valor Global R\$ 93.591,00
01.2025.001 /01	VPA CONSULTORIA ATUARIAL	Prestação de serviços especializados de assessoria na elaboração relatórios e pareceres técnicos necessários para o equilíbrio exigido no art. 69 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para subsidiar atos de gestão de pessoas da Administração Municipal, bem como a unidade gestora do sistema de proteção social de que trata a Lei Complementar nº 115, de 04 de julho de 2020.	28/02/2026 a 27/02/2027	Valor Global R\$150.422,40	Valor Mensal R\$12.535,20

7. Certificações

7.1. Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

 **MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Juiz de Fora UF: MG
CNPJ Principal: 18.338.178/0001-02

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA N.º 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 29/12/2025
VÁLIDO ATÉ 27/06/2026

N.º 984733 - 250110

7.2. Certificações dos Dirigentes e Conselheiros

Tabela 21

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	MEMBRO	CERTIFICADO	Nº DO CERTIFICADO	VALIDADE
Andrei Pereira	Titular Eleito	CP RPPS CODEF II	997519134723003	16/03/30
Hélder Augusto Alves Affonso	Titular Eleito	entregar até mai/26	***	***
Juliana Luciano de Souza	Titular Eleita	CGRPPS	6483	30/03/26
Maria Helena Gonçalves de Campos	Titular Eleita	entregar até mai/26	***	***
CONSELHO FISCAL	MEMBRO	CERTIFICADO	Nº DO CERTIFICADO	VALIDADE
Iverson Geraldo da Silva	Titular Eleito	CP RPPS COFIS I	498276307342904	10/04/29
Mônica T. Passarella Almeida	Titular Eleita	entregar até mai/26	***	***
Patrícia Fiochi Biage	Titular Eleita	entregar até mai/26	***	***
Roberto Jorge Abou Kalam	Titular Eleito	entregar até mai/26	***	***
COMITÊ DE INVESTIMENTO	MEMBRO	CERTIFICADO	Nº DO CERTIFICADO	VALIDADE
Eneliza Camila de Oliveira	Gestora de Recursos	CP RPPS CGINV I	807505380252907	17/07/29
Wallace Bredes Ribas	Titular	CP RPPS CGINV I	710101873242912	30/12/29
Lícia Esteves de Paulo Ramim	Titular	CP RPPS CGINV I	627219455142807	25/07/28
Cid de Oliva Botelho Júnior	Membro Externo	CP RPPS CGINV I	648622934462912	01/12/29
André Castro Frota Vasconcelos	Membro Externo	CP RPPS CGINV I	964325643642909	15/09/29
JFPREV	CARGO	CERTIFICADO	Nº DO CERTIFICADO	VALIDADE
Davi Riani Gotardelo	Diretor-presidente	CP RPPS DIRIG III	204342099752905	15/05/29
Eneliza Camila de Oliveira	Diretora de Gestão Previdenciária	CP RPPS DIRIG III	807505380252710	26/10/27
Aroldo Ângelo Lino	Gerente	CP RPPS DIRIG I	407847456252805	20/05/28
Paula Renata A. de Freitas Soares	Gerente	CGRPPS	6482	30/03/26

8. Índice de Situação Previdenciária - ISP RPPS

O Índice de situação previdenciária, ISP RPPS, previsto no art. 238 da Portaria MTP nº 1.467, de 2022, é divulgado anualmente pelo Ministério da Previdência Social e é formado por indicadores, distribuídos em três aspectos: **a) Gestão e transparência; b) Situação financeira; e c) Situação Atuarial.**

O índice varia de A (melhor situação) até D (situação mais crítica). Para fins de apuração do ISP-RPPS, os RPPS foram segregados em cinco grupos, sendo que o RPPS do Município de Juiz de Fora se enquadra no grupo "Grande Porte", que são os RPPS cuja quantidade de segurados ativos, aposentados e pensionistas esteja entre os regimes que representem 5% (cinco por cento) das maiores quantidades.

A última divulgação do ISP ocorreu em 04/12/2025 e o ISP do RPPS do Município foi classificado "C". Conforme a tabela 22, pode-se observar uma melhora significativa a partir de 2023 quanto aos quesitos relacionados à gestão e transparência que obtiveram avaliação máxima em 2025. Por outro lado, alguns critérios tiveram uma pior avaliação, como a classificação em atuária. Resultados, metodologia e demais informações sobre o índice podem ser consultados em <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria>. Também foram elencadas medidas que potencialmente aumentam o índice de cada critério, contudo vale destacar que ainda que isoladamente os critérios sejam melhores avaliados o índice final pode não ser elevado tendo em vista a metodologia de avaliação.

Tabela 22

JUIZ DE FORA - MG - GRANDE PORTE													
ISP	ÍNDICE DE REGULARIDADE	ÍNDICE DE ENVIO DE INFORMAÇÕES	ÍNDICE DE GESTÃO	CLASSIFICAÇÃO EM GESTÃO E TRANSPARÊNCIA	ÍNDICE DE SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	ÍNDICE DE ACUMULAÇÃO DE RECURSOS	INDICADOR DE RESULTADO FINANCEIRO DA MEDIDA DE EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT ATUARIAL	CLASSIFICAÇÃO EM FINANÇAS E LIQUIDEZ	ÍNDICE DE COBERTURA PREVIDENCIÁRIA	INDICADOR DE SUSTENTABILIDADE DAS PROVISÕES EM RELAÇÃO À RCL ou INDICADOR DE COMPROMETIMENTO ATUARIAL DA RCL	INDICADOR DE REFORMA RPPS E VIGÊNCIA RPC	CLASSIFICAÇÃO EM ATUÁRIA	INDICADOR DE SITUATION PREVIDENCIÁRIA
2019	C	C	C	C	B	C	**	B	C	**	*	C	
2020	C	B	C	C	C	C	**	C	C	**	*	C	
2021	C	C	C	C	C	B	**	B	C	**	*	C	
2022	C	C	C	C	A	C	**	B	C	**	*	C	
2023	B	A	C	B	B	C	**	B	C	**	*	C	
2024	B	A	C	B	B	C	**	B	C	**	B	B	
2025	A	A	C	B	B	B	B	B	B	C	C	C	

*indicador a partir de 2024
**indicador a partir de 2025

INDICADOR	AÇÕES PARA MELHORIA
ÍNDICE DE REGULARIDADE	Envio tempestivo dos documentos e demonstrativos obrigatórios. Manutenção ininterrupta do CRP.
ÍNDICE DE ENVIO DE INFORMAÇÕES	Envio tempestivo dos documentos e demonstrativos obrigatórios. Manutenção ininterrupta do CRP.
ÍNDICE DE GESTÃO	Obtenção da certificação Progestão. Envio tempestivo dos documentos e demonstrativos obrigatórios. Manutenção ininterrupta do CRP.



CLASSIFICAÇÃO EM GESTÃO E TRANSPARÊNCIA	Obtenção da certificação Progestão. Envio tempestivo dos documentos e demonstrativos obrigatórios. Manutenção ininterrupta do CRP.
ÍNDICE DE SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Envio tempestivo dos documentos e demonstrativos obrigatórios. cumprimento dos repasses previstos no plano de amortização do déficit atuarial.
ÍNDICE DE ACUMULAÇÃO DE RECURSOS	Envio tempestivo dos documentos e demonstrativos obrigatórios. Cumprimento dos repasses previstos no plano de amortização do déficit atuarial. Manutenção do alcance da meta atuarial. Aporte de bens.
INDICADOR DE RESULTADO FINANCEIRO DA MEDIDA DE EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT ATUARIAL	Envio tempestivo dos documentos e demonstrativos obrigatórios. Cumprimento dos repasses previstos no plano de amortização do déficit atuarial. Manutenção do alcance da meta atuarial.
CLASSIFICAÇÃO EM FINANÇAS E LIQUIDEZ	Envio tempestivo dos documentos e demonstrativos obrigatórios
ÍNDICE DE COBERTURA PREVIDENCIÁRIA	Envio tempestivo dos documentos e demonstrativos obrigatórios
INDICADOR DE SUSTENTABILIDADE DAS PROVISÕES EM RELAÇÃO À RCL ou INDICADOR DE COMPROMETIMENTO ATUARIAL DA RCL	Aumento da arrecadação municipal e/ou diminuição dos custos previdenciários. Envio tempestivo dos documentos e demonstrativos obrigatórios
INDICADOR DE REFORMA RPPS E VIGÊNCIA RPC	Reforma ampla do plano de benefícios do RPPS. Envio tempestivo dos documentos e demonstrativos obrigatórios

9. Pró-Gestão RPPS

O Pró-Gestão RPPS é um programa de certificação, de **adesão facultativa**, que visa ao **reconhecimento das boas práticas de gestão** adotadas pelos RPPS, cuja avaliação é realizada por entidade certificadora externa.

O programa tem por objetivo incentivar os RPPS's a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade com intuito de propiciar também maior estabilidade na gestão e consolidação de avanços, evitando que as naturais mudanças no comando político do ente federativo resultem em descontinuidade ou retrocessos na gestão previdenciária.

O Pró-Gestão RPPS contempla três dimensões: **Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária**. Cada uma dessas três dimensões possui um grupo de ações relacionadas a serem cumpridas pelo RPPS.

O programa possui quatro níveis de aderência que representam os diferentes graus de complexidade que poderão ser atingidos, desde o **Nível I, mais simples, até o Nível IV**, mais complexo. Os níveis mais elevados da certificação (III e IV) possuem graus de exigência que demandam uma estrutura organizacional mais robusta da unidade gestora do RPPS, com maior número de servidores e maior custo de manutenção, portanto, **a JFPREV tem como objetivo a certificação no nível II**.

Para o Nível II é exigido o atingimento de, **pelo menos, 20 das 24 ações** previstas no Manual do Pro-Gestão RPPS - Versão 4.0 - 04 de Fevereiro de 2026. Destaca-se algumas ações de relevante interesse: a realização de censo previdenciário, aumento da transparência, certificação dos Dirigentes e Membros dos Órgãos Colegiados, mapeamento e manualização de processos, manutenção de canal de ouvidoria, manutenção de estrutura de controle interno, regularidade do e-social, elaboração de código de ética e elaboração de planejamento estratégico. Podem ser verificados, nas tabelas 23, 24 e 25, todos os critérios a serem atendidos, tendo em vista o objetivo de certificação no **Nível II**.

No mês de fevereiro foi publicada a PORTARIA N.º 4/2026 - JFPREV definindo o Grupo de Trabalho da JFPREV que cuidará da implantação e dos requisitos necessários para a certificação em 2026.

Tabela 23

CONTROLES INTERNOS	
Ações e Requisitos	Nível II
MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO RPPS	
Áreas do RPPS a serem mapeadas.	4 áreas:
	Benefícios, Arrecadação, Investimentos e Compensação Previdenciária.
MANUALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO RPPS	
Atividades mapeadas que devem ser manualizadas.	4 áreas:
	Benefícios, Arrecadação, Investimentos e Compensação Previdenciária.
CERTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES, MEMBROS DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL, DO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS E MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS	
Certificação dos Dirigentes e Membros dos Órgãos Colegiados.	A maioria dos dirigentes do órgão ou UG do RPPS, incluindo sua autoridade máxima, a maioria dos membros titulares do Conselho Deliberativo, a maioria dos membros titulares do Conselho Fiscal, o responsável pela gestão das aplicações dos recursos e a totalidade dos membros titulares do Comitê de Investimentos deverão possuir a certificação correspondente nos níveis básico, intermediário ou avançado, conforme definido no item 3 do Manual da Certificação dos Profissionais dos RPPS, considerando o porte do RPPS e seu volume de recursos.
ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO	
No ente federativo que atenda ao RPPS, com relatório semestral, e pelo menos 2 (dois) servidores da UG do RPPS capacitados em controle interno.	
POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	
Abranger todos os servidores e prestadores de serviços que acessem informações do RPPS.	
Indicar regras para uso dos recursos de TI (equipamentos, internet, e-mail). Definir procedimentos de contingência.	
GESTÃO E CONTROLE DA BASE DE DADOS CADASTRAIS DOS SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS	
Recenseamento presencial de aposentados e pensionistas, com comparecimento mínimo de 80%.	A cada 5 anos
Recenseamento presencial de servidores ativos, com comparecimento mínimo de 80%.	A cada 5 anos
Recenseamento digital de servidores ativos com mínimo de 80% de participação dos servidores	A cada 4 anos para RPPS dos Estados, DF e municípios de grande porte.

	A cada 3 anos para os demais RPPS.
Prova de Vida Anual para os aposentados e pensionistas ou utilização do SIRC.	
O ente federativo e seu RPPS devem estar em dia com o cumprimento do cronograma de implantação do eSocial.	

Tabela 24

GOVERNANÇA CORPORATIVA	
Ações e Requisitos	Nível II
RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	
Elaboração e publicação de relatório, com conteúdo mínimo variável por Nível.	Anual
PLANEJAMENTO	
Plano de Ação Anual, com metas por área.	Todas as áreas
RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL	
Elaboração do Relatório de Gestão Atuarial.	Comparativo 3 últimos exercícios
CÓDIGO DE ÉTICA	
Conhecimento pelos servidores, conselheiros e membros dos Comitês, fornecedores e prestadores de serviço.	
POLÍTICAS PREVIDENCIÁRIAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO SERVIDOR E REVISÃO DE APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE	
Ações isoladas em saúde do servidor e revisão dos benefícios de aposentadoria por incapacidade permanente, sendo dispensadas de revisão as situações específicas previstas em normas federais ou estabelecidas para os segurados do RGPS.	
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	
Elaboração de relatórios mensais e anuais de investimentos.	
Cronograma mensal das atividades e relatórios semestrais de diligências.	
Utilização de metodologia que demonstre a compatibilidade do passivo com o ativo, principalmente do ALM.	
COMITÊ DE INVESTIMENTOS	
03 Membros vinculados ao ente federativo ou ao RPPS.	
TRANSPARÊNCIA	

Acórdãos das decisões do Tribunal de Contas sobre as contas anuais do RPPS e o Parecer Prévio das contas de governo, caso o Órgão de Controle Externo emita dos dois.
Atas dos órgãos colegiados na Internet.
Avaliação atuarial anual.
Certidões de tributos.
Código de ética.
Cronograma das ações de educação previdenciária.
Cronograma de reuniões dos conselhos deliberativo e fiscal e comitê na Internet.
Demonstrações financeiras e contábeis: a divulgação das demonstrações deverá ser realizada por meio da Internet. (Trimestral)
Informações concernentes a procedimentos licitatórios e contratos administrativos ou declaração de inexistência quando não realizado diretamente pela UG do RPPS.
Link para acesso ao Cadprev, para consulta aos demonstrativos obrigatórios e extrato do CRP.
Plano de ação anual.
Política de investimentos.
Políticas e relatórios de controle interno. (Semestral)
Regimento interno dos órgãos colegiados.
Relação entidades credenciadas investimentos.
Relatórios mensais e anual de investimentos.
Relatório do RPC (Anual)
DEFINIÇÃO DE LIMITES DE ALÇADAS
Assinatura de 2 (dois) responsáveis nos atos de investimentos.
SEGREGAÇÃO DAS ATIVIDADES
Segregação das atividades de habilitação e concessão de benefícios daquelas de implantação, manutenção e pagamento de benefícios.
OUVIDORIA
Canal no site na internet
01 servidor no ente ou RPPS na função de Ouvidor.
DIRETORIA EXECUTIVA

Formação em nível superior, comprovação relativos aos antecedentes pessoais e experiência de, no mínimo, 2 (dois) anos.
Pelo menos 1 (um) membro segurado do RPPS.
CONSELHO FISCAL
Comprovação relativa aos antecedentes pessoais.
Representação dos segurados. Mínimo 1 (um) representante
CONSELHO DELIBERATIVO
Comprovação relativa aos antecedentes pessoais.
Representação dos segurados. Mínimo 1 (um) representante
MANDATO, REPRESENTAÇÃO E RECONDUÇÃO
Definição em norma legal dos procedimentos de composição da Diretoria Executiva e dos Conselhos.
Mandato dos membros dos Conselhos, preferencialmente, com no mínimo 1 (um) e máximo 4 (quatro) anos, sendo de 4 (quatro) anos,
GESTÃO DE PESSOAS
Possuir quadro próprio de servidores, ocupado por servidores efetivos (pelo menos 01), comissionados ou cedidos.

Tabela 25

EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	
Ações e Requisitos	Nível II
PLANO DE AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	
Formação básica a respeito das normas regulatórias de parâmetros gerais e conceitos previdenciários aplicáveis a RPPS e ao RPC para os novos servidores e atualização normativa para os servidores já capacitados.	
Treinamento aos servidores que atuam na área de concessão de benefícios.	
Capacitação dos servidores que atuam na área de investimentos.	
AÇÕES DE DIÁLOGO COM OS SEGURADOS E A SOCIEDADE	
Cartilha previdenciária, informativos ou programas dirigidos aos segurados com conhecimentos básicos sobre RPPS e RPC.	
Audiência pública anual para divulgação do Relatório de Governança, dos resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial.	

10. Anexos

10.1. Resumo da Execução da Política de Investimentos

10.2. Relatório da Unidade de Controle Interno - UCI



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3F1D-3430-29BB-2763

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ AROLDO ANGELO LINO (CPF 762.XXX.XXX-34) em 28/04/2026 11:32:35 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ENELIZA CAMILA DE OLIVEIRA (CPF 081.XXX.XXX-01) em 28/04/2026 11:38:10 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ PAULA RENATA ALVES DE FREITAS SOARES (CPF 068.XXX.XXX-70) em 28/04/2026 12:02:26 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ SIMONE MOREIRA DA SILVA (CPF 031.XXX.XXX-97) em 28/04/2026 12:12:12 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ DAVI RIANI GOTARDELO (CPF 050.XXX.XXX-22) em 29/04/2026 09:47:36 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/3F1D-3430-29BB-2763>

Anexo I

Resumo da Execução da Política de Investimentos

FEVEREIRO 2026

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Posição de Ativos e Enquadramento

RENDA FIXA	100,00%
------------	---------

Artigo 7º I (5.272) (Fundos e ETFs Renda Fixa 100% Títulos Públicos)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES RESP LIMITADA	0,02	0,05	0,93	2,03	103.480,37	0,19	1.417.592.167,81	0,01
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	0,25	0,03	1,01	2,21	688.092,80	1,29	10.322.109.321,78	0,01
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF LP - RESP LIMITADA	0,09	0,05	0,99	2,21	52.485.708,70	98,43	12.639.145.650,28	0,42
Sub-total Artigo 7º I (5.272) (2)			0,07	0,05	0,99	0,99	53.277.281,87	99,91		

Artigo 7º V (5.272) (Fundos ou ETFs de Renda Fixa)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO FLUXO RENDA FIXA SIMPLES FIC FIF RESP LIMITADA	0,04	0,05	0,93	2,03	36.912,03	0,07	3.237.020.663,79	0,00
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,05	0,06	1,01	2,22	9.099,09	0,02	22.621.006.640,80	0,00
Sub-total Artigo 7º V (5.272) (2)			0,01	0,05	0,94	0,94	46.011,12	0,09		
Renda Fixa			0,07	0,05	0,99	2,20	53.323.292,99	100,00		
Total			0,07	0,05	0,99	2,20	53.323.292,99	100,00		

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Enquadramento da Carteira

Artigo	Tipo de Ativo	Valor(R\$)	% Carteira	Política de Investimentos				
				Mínimo	Objetivo	Máximo	ALM	Limite Legal
Renda Fixa								
Artigo 7º I (5.272)	Fundos e ETFs Renda Fixa 100% Títulos Públicos	53.277.281,87	99,91	0,00	100,00	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º V (5.272)	Fundos ou ETFs de Renda Fixa	46.011,12	0,09	0,00	0,00	100,00	0,00	80,00
	Total Renda Fixa	53.323.292,99	100,00					100,00
Total		53.323.292,99	100,00					

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS
Rentabilidades por Artigo

Estratégia Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	No Mês(R\$)	Atribuição Desemp. (%)	No Ano(R\$)
Artigo 7º I (5.272) % do CDI	0,99 99,16	0,99 99,16				262.971,14	0,98	262.971,14
Artigo 7º V (5.272) % do CDI	0,94 94,03	0,94 94,03				912,06	0,00	912,06
Artigo 7º I, Alínea b % do CDI	0,00 0,00	1,21 55,76	2,39 69,83	6,05 84,82	13,25 91,38	0,00	0,00	175.653,44
Artigo 7º III, Alínea a % do CDI	0,00 0,00	1,14 52,35	2,34 68,29	5,98 83,85	13,29 91,66	0,00	0,00	42.575,94
JUIZ DE FORA - CONSOLIDADO (Total)						263.883,20	0,99	482.112,58

RESULTADO POR ATIVO

Artigo 7º I (5.272) (Fundos e ETFs Renda Fixa 100% Títulos Públicos)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES RESP LIMITADA	0,00	31.594.591,26	-31.508.964,38	0,00	103.480,37	17.853,49	17.853,49
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	0,00	681.211,92	0,00	0,00	688.092,80	6.880,88	6.880,88
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF LP - RESP LIMITADA	0,00	86.810.945,51	-34.563.473,58	0,00	52.485.708,70	238.236,77	238.236,77
	0,00	119.086.748,69	-66.072.437,96	0,00	53.277.281,87	262.971,14	262.971,14

Artigo 7º V (5.272) (Fundos ou ETFs de Renda Fixa)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
BB PREVIDENCIÁRIO FLUXO RENDA FIXA SIMPLES FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	120.627,97	-84.537,25	0,00	36.912,03	821,31	821,31
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,00	9.008,34	0,00	0,00	9.099,09	90,75	90,75
	0,00	129.636,31	-84.537,25	0,00	46.011,12	912,06	912,06

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	681.211,92	0,00	681.211,92	0,00	0,00	0,00	8.102,71
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF LP - RESP LIMITADA	11.950.780,21	0,00	11.950.780,21	0,00	0,00	0,00	167.550,73
	12.631.992,13	0,00	12.631.992,13	0,00	0,00	0,00	175.653,44

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

Ativo	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financ. Mês (R\$)	Resultado Financ. Ano (R\$)
BB PREVIDENCIÁRIO FLUXO RENDA FIXA SIMPLES FIC FIF RESP LIMITADA	120.627,97	0,00	120.627,97	0,00	0,00	0,00	587,20
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	9.008,34	0,00	9.008,34	0,00	0,00	0,00	657,40
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES RESP LIMITADA	31.594.591,26	0,00	31.594.591,26	0,00	0,00	0,00	16.928,59
	31.724.227,57	0,00	31.724.227,57	0,00	0,00	0,00	42.575,94

(1) Considerando a vigência da nova Resolução a partir de fevereiro de 2026, o retorno ao ano adotado neste enquadramento corresponde ao início da regulamentação.

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Análise de Liquidez

Período	Valor (R\$)	(%)	Valor Acumulado (R\$)	(%) Acum.	(%) Limite Mínimo Acum.
de 0 a 30 dias	53.323.292,99	100,00	53.323.292,99	100,00	
de 31 dias a 365 dias	0,00	0,00	53.323.292,99	100,00	
acima de 365 dias	0,00	0,00	53.323.292,99	100,00	

DE 0 A 30 DIAS

Ativo	Liquidação	Vencimento	Valor (R\$)
BB PREVIDENCIÁRIO FLUXO RENDA FIXA SIMPLES FIC FIF RESP LIMITADA	D+0		36.912,03
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	D+0		9.099,09
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC CLASSE FIF RENDA FIXA SIMPLES RESP LIMITADA	D+0		103.480,37
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	D+0		688.092,80
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF LP - RESP LIMITADA	D+0		52.485.708,70

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS
Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2026	1,20	0,99											2,20
IPCA + 5,89%	0,81	1,11											1,93
p.p. indexador	0,39	-0,12											0,27
2025	1,05	0,98	0,96	1,04	1,13	1,10	1,26	1,16	1,21	1,26	1,05	1,17	14,22
IPCA + 5,27%	0,61	1,72	0,95	0,84	0,69	0,65	0,73	0,32	0,93	0,56	0,57	0,78	9,76
p.p. indexador	0,44	-0,74	0,01	0,20	0,44	0,45	0,53	0,84	0,28	0,70	0,48	0,39	4,47
2024	0,96	0,80	0,82	0,82	0,81	0,79	0,95	0,88	0,84	0,92	0,80	0,85	10,73
IPCA + 5,06%	0,85	1,21	0,55	0,81	0,87	0,60	0,83	0,41	0,85	1,01	0,76	0,93	10,16
p.p. indexador	0,10	-0,41	0,27	0,01	-0,07	0,19	0,11	0,47	-0,01	-0,09	0,04	-0,09	0,57
2023	1,11	0,91	1,17	0,87	1,07	1,12	1,05	1,09	0,90	0,83	1,01	0,91	12,73
IPCA + 4,76%	0,94	1,18	1,14	0,94	0,64	0,31	0,51	0,66	0,63	0,63	0,65	0,93	9,54
p.p. indexador	0,17	-0,27	0,03	-0,08	0,44	0,81	0,54	0,44	0,27	0,20	0,36	-0,02	3,19
2022	0,65	0,80	0,94	0,98	1,02	0,81	0,69	0,94	0,92	1,21	0,77	1,04	11,33
IPCA + 4,79%	0,93	1,37	2,04	1,42	0,88	1,06	-0,29	0,07	0,10	0,96	0,78	1,03	10,83
p.p. indexador	-0,28	-0,56	-1,10	-0,44	0,14	-0,25	0,98	0,88	0,83	0,25	-0,02	0,01	0,50
2021	0,02	0,02	0,01	0,26	0,35	-0,01	0,28	0,13	0,59	0,29	1,23	0,78	4,00
IPCA + 5,89%	0,71	1,27	1,46	0,77	1,31	1,01	1,47	1,38	1,64	1,71	1,41	1,26	16,52
p.p. indexador	-0,68	-1,26	-1,45	-0,51	-0,96	-1,02	-1,19	-1,25	-1,06	-1,42	-0,18	-0,48	-12,51

Performance Sobre a Meta Atuarial

	Quantidade	Perc. (%)
Meses acima - Meta Atuarial	34	54,84
Meses abaixo - Meta Atuarial	28	45,16

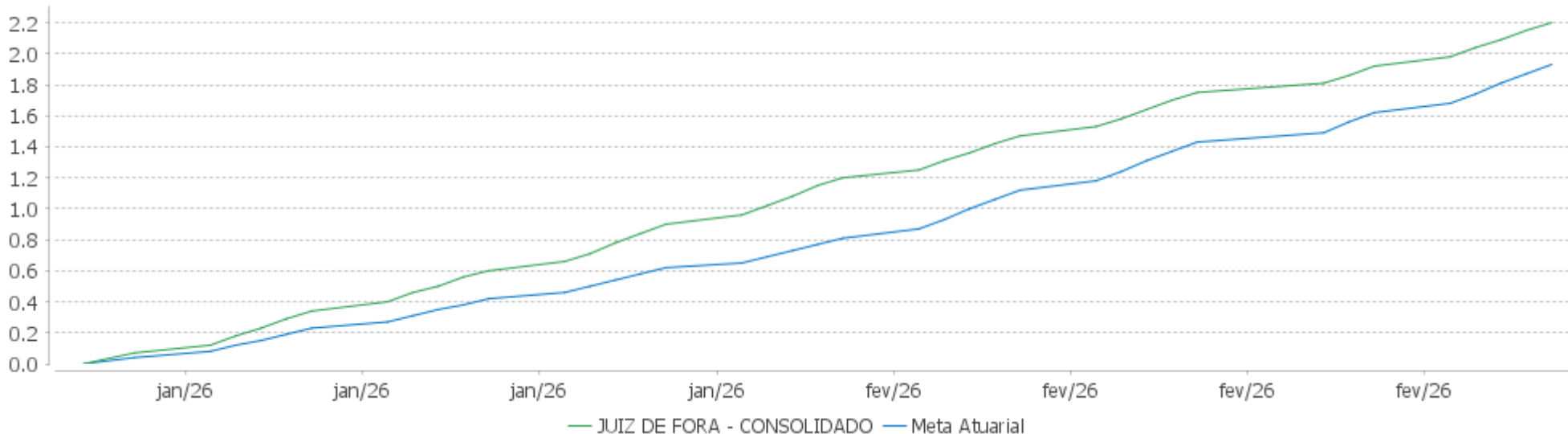
	Rentabilidade	Mês
Maior rentabilidade da Carteira	1,26	2025-10
Menor rentabilidade da Carteira	-0,01	2021-06

Relatório

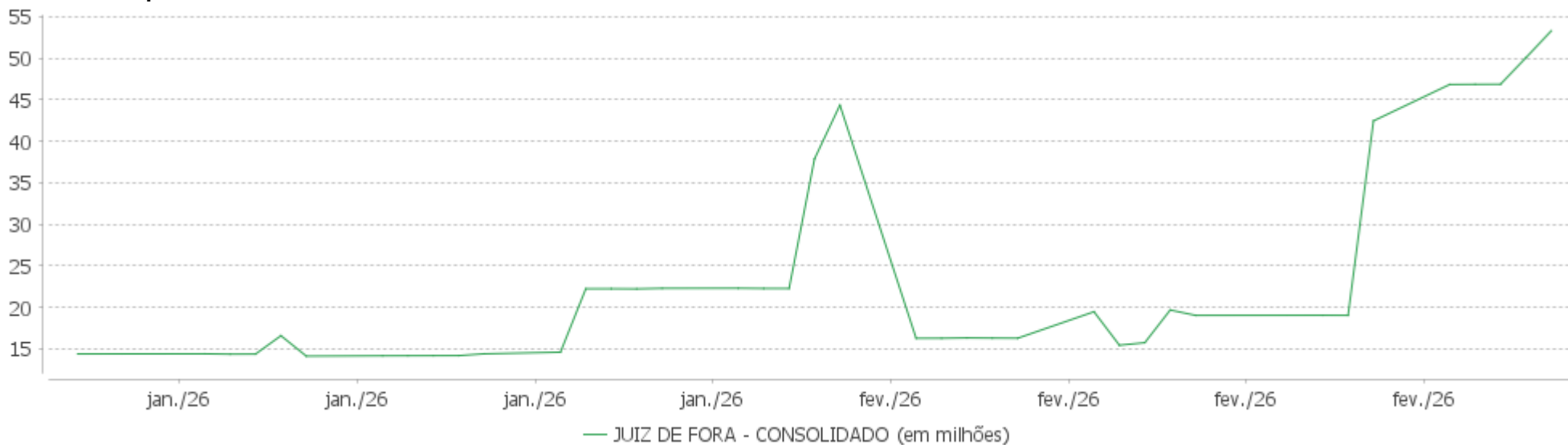
Período	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
03 meses	3,40	2,73	0,67	0,10
06 meses	7,09	4,86	2,23	0,08
12 meses	14,40	9,32	5,09	0,07
24 meses	27,03	20,74	6,28	0,13
36 meses	42,81	32,19	10,62	0,17
48 meses	59,89	46,24	13,65	0,35
60 meses	68,65	70,94	-2,29	0,53
Desde 31/12/2020	68,72	74,34	-5,62	0,53

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Evolução No Ano

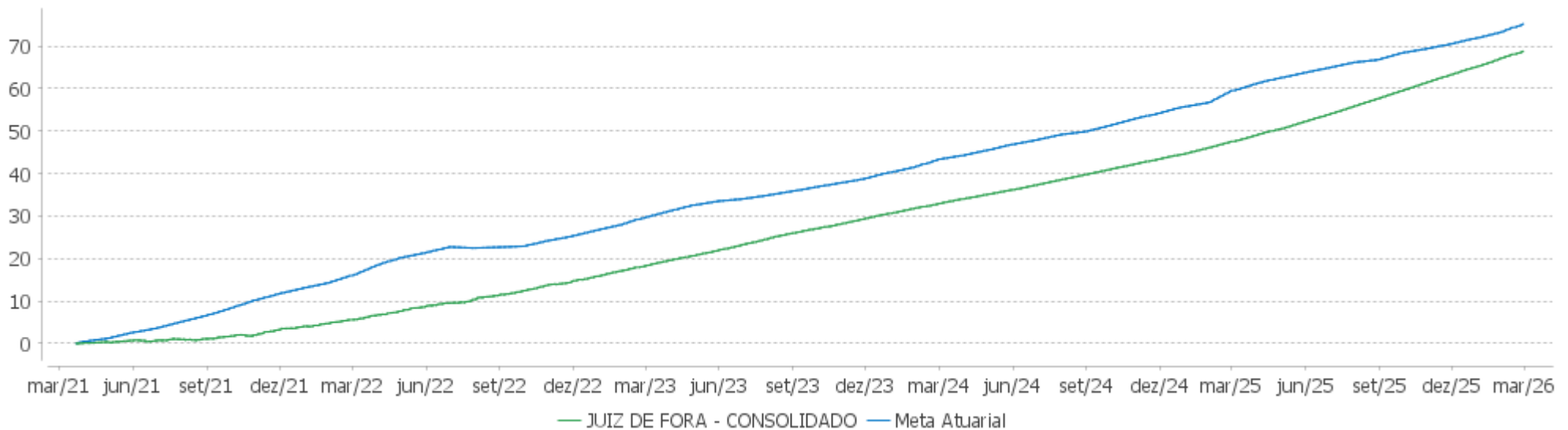


Patrimônio Líquido No Ano

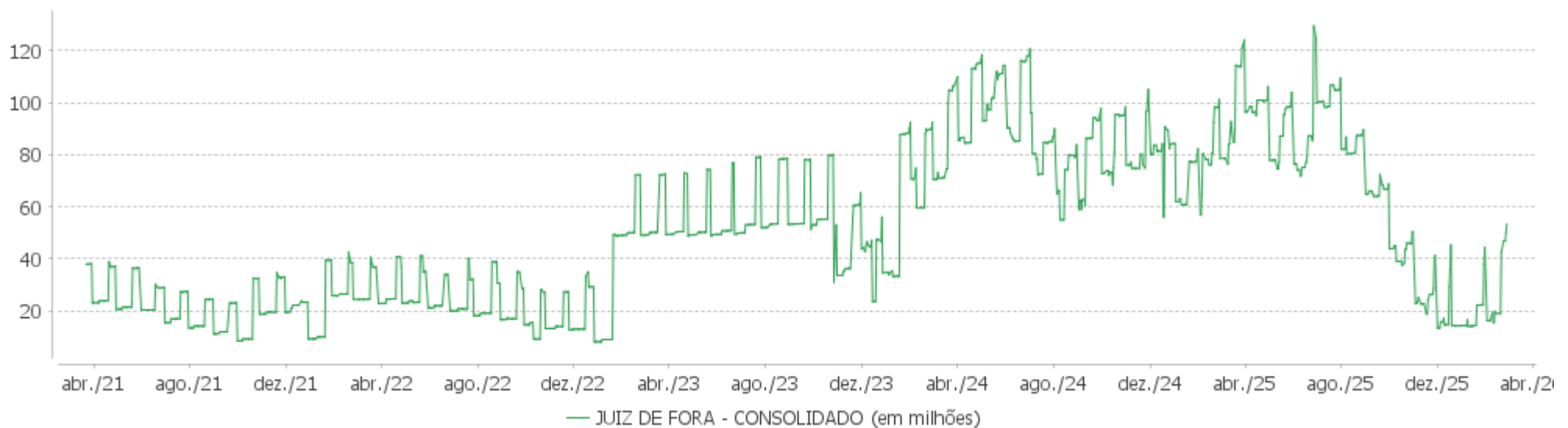


EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Evolução

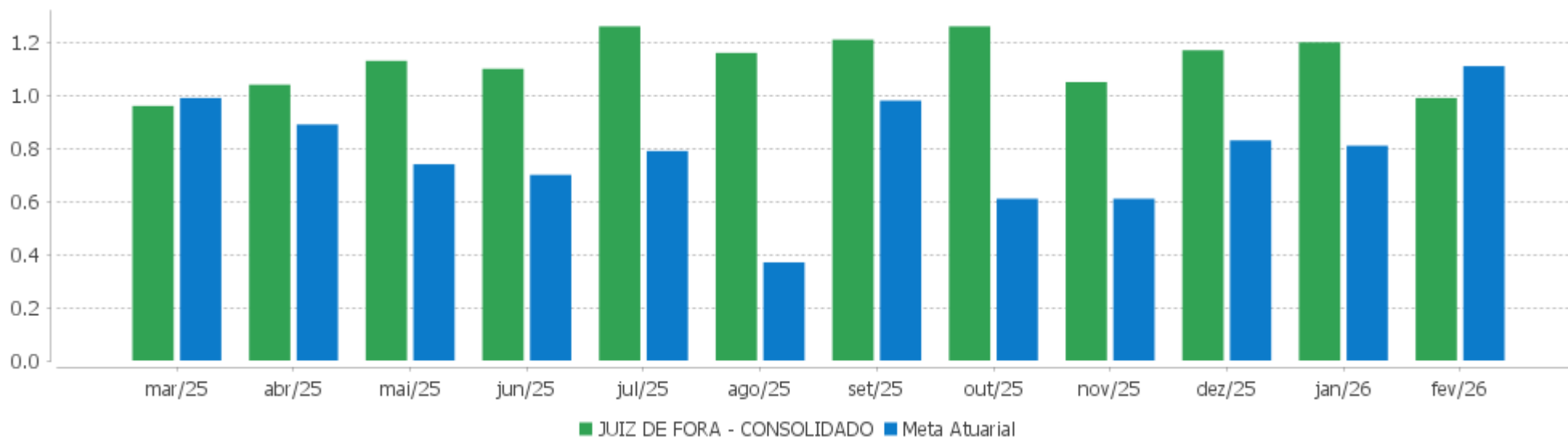


Patrimônio Líquido



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Rentabilidades Mensais - 12 últimos meses



Anexo II
Relatório da Unidade de
Controle Interno - UCI

FEVEREIRO 2026

1. Contextualização

O presente relatório tem por finalidade apresentar, de forma sintética, objetiva e descritiva, os encaminhamentos deliberados e efetivados pela Unidade de Controle Interno – UCI da Juiz de Fora Previdência (JFPREV), no âmbito da reunião realizada em **16 de março de 2026**, no horário de **10h15 às 11h45**, em consonância com o planejamento de atuação da Unidade e com suas atribuições legais.

Dessa forma, o presente relatório consolida os principais encaminhamentos definidos na reunião, iniciando pelos assuntos pendentes do último relatório encaminhado (Dezembro 2025), em seguida pelo relatório das ações desenvolvidas no mês de janeiro de 2026, evidenciando as providências adotadas, as comunicações formalizadas e as ações em andamento, de modo a subsidiar a alta administração e os órgãos de controle quanto ao acompanhamento sistemático das atividades da Unidade de Controle Interno da JFPREV.

2. Pendências do mês anterior (Relatórios Dezembro 2025 e Janeiro 2026)

2.1. Redução de carga horária – Anuência da JFPREV (art. 23, inciso X)

Foi realizada no dia 04/02/2026 reunião com o representante da SRH em que ficou acordado informalmente a implementação da rotina. Foi enviado o memorando 20.302/2026 para formalização junto à pasta.

Status: Aguardando implementação por parte da SRH. A UCI segue em acompanhamento.

2.2. Verbas de incorporação parcial (PSF / Zona Rural) (art. 23, inciso X)

Ficou pendente o envio do memorando para formalização junto aos entes.

Status: O memorando foi enviado para a SRH (Memorando 20.270/2026) e aguardando a implementação no sistema Betha por parte da SRH. A UCI segue em acompanhamento.

2.3. Apontamentos do TCEMG (art. 23, inciso V)

Foi enviado o Processo Administrativo 605/2025 para a PGM avaliar e apontar eventuais providências em relação às medidas adicionais a serem adotadas durante o período de acúmulo.

Status: O Processo foi encaminhado para a PGM, que solicitou documentos adicionais e está em processo de análise. A UCI segue em acompanhamento.

2.4. Licenças sem vencimentos e cessões (art. 23, inciso IX)

Foi enviado no dia 20/02/2026 para a SRH o Memorando 13.417/2026 solicitando a lista de servidores em licença sem vencimentos. O Memorando ainda não obteve resposta.

Em relação à solicitação do histórico de contribuições previdenciárias (FPM) dos funcionários cedidos e em licença sem remuneração, foi apresentada a sugestão que a requisição seja feita tão logo a listagem final de servidores em licença sem vencimento seja disponibilizada. Além disso, em reunião com a SRH foi esclarecido que o controle de cessões e licenças sem vencimentos ocorre por parte do SRH/SGVP/DGP, enquanto que o pagamento das contribuições são controlados pelo SRH/SGVP/DRP.

Status: Em relação à licença sem vencimentos, o memorando ainda não obteve resposta. Foi sugerido o envio da solicitação do histórico de contribuições para os servidores cedidos, independente do atendimento ao memorando inicial.

2.5. Previsão de alterações de Cargos e Salários e realização de Concursos Públicos para impacto atuarial (art. 23, inciso XI)

O Memorando 3.367/2025 teve o retorno dos seguintes entes: MAPRO, FUNALFA, e DEMLURB, que responderam que não há previsão de alterações de Cargos e Salários e realização de concursos públicos para 2026. Os entes PROCON, JFPREV e Administração Direta apresentaram respostas ao Memorando. A Câmara Municipal foi o único ente a não se manifestar.

Status: Ficou decidido o envio do Memorando aos entes solicitando que, tão logo tenham atualizações sobre as medidas que impactam nos Cargos e Salários, comuniquem à JFPREV para os devidos cálculos dos impactos atuariais, nos termos do Art. 101 - LC 115/2020.

2.6. Apresentação do Relatório de Patrimônio (art. 23, inciso VII)

Após a realização do DIA D (5S), cada servidor deverá preencher e assinar os bens patrimoniais sob sua guarda.

Status: Em acompanhamento pela UCI

2.7. Apresentação do Relatório de Contribuições Previdenciárias (Folhas Analíticas e eventuais notificações) - (art. 23, incisos IX e X)

Em relação aos memorandos abaixo, foi informado que a Folha de Fevereiro ainda encontra-se em conferência e validação.

Memorando 3.839/2026: foi enviado ao DEMLURB para verificação da incidência de FPM da verba 68 - Diferença de Progressão na folha do décimo terceiro salário;

Memorando 5.891/2026: foi enviado para a SRH para a verificação de 09 servidores que não tiveram o desconto de FPM na folha do décimo terceiro salário.

Em relação à situação de servidores com mais de uma matrícula e que estão em licença sem vencimentos em um dos cargos com opção de desconto no segundo vínculo e que há indícios de que o FPM descontado do segundo vínculo possa não estar sendo repassado para a JFPREV, foi encaminhado o Memorando 17.824/2026, que está aguardando resposta. Foram inseridos os códigos dos eventos 813 - FUNDO PREV 2 VINC (SEG) e 814 - FUNDO PREV 2 VINC (PATRONAL) - na base de cálculo previdenciária do repasse;

Status: Em acompanhamento pela UCI

2.8. Apresentação da Simulação de Reajuste Salarial (03 cenários) e os impactos atuariais (art. 23, inciso XI)

Status: Foi apresentada a simulação do reajuste salarial, com o impacto para o reajuste inflacionário (IPCA) para todos os servidores na ordem de R\$ 186 milhões, o que representa 3,0% de acréscimo do déficit atuarial projetado.

3. Encaminhamentos Realizados do mês de Fevereiro/2026

3.1. Consolidar e enviar Relatório Anual de Controle Interno - Exercício 2025

Encaminhamento:

O prazo para envio final é o dia 28/03 e o relatório está em processo de elaboração.

Providência adotada:

Foi agendada uma reunião extraordinária da UCI no dia 25/03 às 14:30 para aprovação do Relatório.

Status: Em acompanhamento pela UCI

3.2. Implementar Relatório Individual de Contribuição (LC 115/2020)

Encaminhamento:

Possibilitar ao servidor a emissão do extrato anual de contribuição previdenciária, conforme Arts 127 e 128 da LC 115/2020.

Providência adotada:

Foi incluído na Carta de Serviços do formulário de solicitações diversas a possibilidade de emissão do extrato anual de contribuições previdenciárias. Foi apresentado o modelo do relatório de extrato anual para ser utilizado quando houver solicitação.

Status: A UCI tomou conhecimento.

3.3. Contas a Receber e inadimplência previdenciária (art. 23, inciso XII)

Encaminhamento:

Acompanhamento sistemático das contribuições previdenciárias devidas.

Providência adotada:

Foi apresentado o Relatório de Contas a Receber, com pendências de recebimento dos valores do aporte de IR (art. 108A) relativo ao mês de **fevereiro/2026**, além das multas e correções monetárias desde setembro/2025. Em relação aos valores do aporte da PJF para amortização do déficit (LC 271/2025), a inadimplência permanece nos meses de **setembro/2025 a dezembro/2025** com as respectivas multas e correções monetárias, sendo que houve no mês de março o recebimento relativo ao mês de janeiro/2026, sem a devida multa e correção monetária. Foi identificado no recebimento de fevereiro/2026 uma diferença de **R\$ 427.138,05** relativa à contribuição patronal e suplementar, que está em análise por parte da administração direta.

Status: A UCI tomou conhecimento e solicitou à Diretoria Executiva a notificação relativa à inadimplência do IR de fevereiro de 2026 e o monitoramento da inadimplência do aporte para amortização de déficit junto à PJF bem como da diferença da contribuição patronal e suplementar (Memorando 19.301/2026).

3.4. COMPREV (art. 23, inciso XIII)

Encaminhamento:

Foi solicitado à Diretoria Executiva o controle dos processos de compensação previdenciária e acompanhamento dos prazos e impactos financeiros.

Providência adotada:

Foi apresentado o Relatório de Inventário do COMPREV atualizado à UCI, com 332 processos de RGPS a verificar urgente. Em relação aos novos processos COMPREV e FISCAP, existem 03 processos pendentes de RPPS e 21 processos pendentes de RGPS. Além disso, 2 processos de RPPS e 21 de RGPS estão aguardando homologação por parte do TCEMG.

Status: A UCI tomou ciência das providências e alertou para a necessidade do acompanhamento dos processos com status "Verificar Urgente" do inventário anterior e a importância de não haver novos processos pendentes de envio do COMPREV.

3.5. Regularidade do CRP (art. 23, inciso XI)

Encaminhamento:

Foi solicitado ao Diretor Presidente, o extrato mensal do CRP com os critérios individualizados.

Providência adotada:

Foi apresentado o extrato do CRP, emitido em 16/03/2026 com todos os itens regulares, exceto o item de Previdência Complementar que permanece com o status "Em análise", sem prejudicar a renovação do certificado. O CRP é válido até 23/06/2026.

Status: A UCI tomou conhecimento e solicitou o acompanhamento por parte do Diretor Presidente.

3.6. Apontamentos do TCEMG (art. 23, inciso V)

Encaminhamento:

Solicitação permanente junto à Diretoria Executiva do monitoramento dos apontamentos realizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG.

Providência adotada:

Foi apresentado o **Relatório de Acompanhamento dos Apontamentos do TCEMG de todas as comunicações oficiais recebidas desde 2023**, com indicação das providências adotadas em cada caso. Em fevereiro de 2026, houveram novos apontamentos do TCEMG, a saber:

ACOMPANHAMENTO DE NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES TCEMG						
CONTROLE INTERNO (No Proc. Administrativo 11.362/2025 tramitam todas as comunicações do TCE para a JFPREV)						
MÊS	Nº do Ofício TCE	DESCRIÇÃO	DATA DE RECEBIMENTO	PROVIDENCIAS ADOTADAS	RESPOSTA	REFERÊNCIA 1DOC
FEVEREIRO	Ofício SEI 2590/2025 (CAPRPPS)	2º Ciclo de Acompanhamento Contínuo da Gestão de Pessoal - Atualização dos indícios apurados na folha de pagamento de janeiro/2025 e alerta de novos indícios da folha de maio/2025 - reiteração	12/02/2026	Novo despacho 1doc reforçando a necessidade de adequação dos casos que exigem atuação da JFPREV (DBP). Foram respondidos por meio de planilha online a maioria dos indícios.	Não é necessário responder diretamente, preencher planilha online.	Memorando 80.106/2025

Relatório de Atividades UCI - Mês: Fevereiro 2026

MARÇO	Ofício-Circular nº 002/2CICLO/2026	2º Ciclo de Acompanhamento Contínuo da Gestão de Pessoal - Atualização dos indícios apurados na folha de pagamento de maio/2025 e alerta de novos indícios da folha de outubro/2025	05/03/2026		Não é necessário responder diretamente, preencher planilha online até 02/06.	Memorando 16.870/2026
-------	------------------------------------	---	------------	--	--	-----------------------

Os prazos para resposta ao TCEMG através do preenchimento da planilha são, respectivamente, **12/05/2026** e **02/06/2026**.

Status: Os apontamentos do TCE permanecem em acompanhamento contínuo pela UCI, que aguarda as respostas sobre cada um deles.

3.7. Avaliações Mensais da Controladoria-Geral do Município – CGM (art. 23, inciso VI)

Encaminhamento:

Registro e acompanhamento das avaliações mensais realizadas pela CGM.

Providência adotada:

No mês de fevereiro, não houve auditoria mensal dos atos de concessão por parte da CGM. Foi enviado o Memorando 16056/2026 direcionado ao Controlador Geral do Município solicitando formalmente o envio do registro.

Status: Em acompanhamento pela UCI.

4. Considerações Finais

A Unidade de Controle Interno registra que os encaminhamentos acima descritos visam fortalecer os mecanismos de controle, rastreabilidade e conformidade previdenciária da JFPREV, mantendo o Conselho Fiscal informado quanto às ações efetivamente adotadas e em acompanhamento.

5. Planejamento da próxima reunião

Ações planejadas para a próxima reunião:

Relatório de Atividades UCI - Mês: Fevereiro 2026

Mês	Ação / Atividade	Área Responsável	Acompanhamento / Consolidação	Produto / Entrega
Abril	Receber relatório de Ouvidoria (trimestral) com providências adotadas.	Ouvidoria	UCI	Registro de Ocorrências e Encaminhamentos
Abril	Auditoria amostral do 2º processo mapeado.	Áreas auditadas	UCI	Relatório de Auditoria de Processos
Abril	Receber relatório de contribuições de servidores cedidos e licenças sem vencimentos.	Contas a Receber	UCI	Relatórios de Cessões e Licenças
Abril	Recebimento do relatório trimestral do FPM para servidores em licença	Contas a Receber	UCI	Relatório de Contribuição dos servidores em licença
Abril	Apresentar o DVPC e o cálculo do impacto atuarial do reajuste anual, bem como o envio da informação ao Conselho	Diretor-Presidente	UCI	Relatório de Impacto Atuarial
Mensal	Relatório de Contas a Receber e notificações de inadimplência	Contas a Receber	UCI	Relatório de Contas a Receber
Mensal	Apresentação do Relatório de Inventário do COMPREV	Elisana e Paula	UCI	
Mensal	Apresentação do Relatório do FISCAP e COMPREV	Elisana e Paula	UCI	A partir do mês de fevereiro
Mensal	Apresentação do extrato mensal do CRP e providências necessárias para cada item	Diretor-Presidente	UCI	Relatório de Situação do CRP (jan/26)
Mensal	Apresentação do relatório mensal de apontamentos TCEMG.	Dir. Previdenciária	UCI	Relatório de Acompanhamento TCEMG
Mensal	Apresentação do registro da Auditoria Mensal da CGM	DBP	CGM	Relatório de Auditoria Mensal - CGM

Processo sorteado para Auditoria Amostral da próxima reunião: Processo de Renovação de Contrato

Com a saída da servidora Nínive cedida para a SS, a UCI definiu o assessor André para substituir a servidora como guardião dos processos do DCOF.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B8FE-DBC9-AA84-C4C8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ENELIZA CAMILA DE OLIVEIRA (CPF 081.XXX.XXX-01) em 23/03/2026 09:48:11 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ DAVI RIANI GOTARDELO (CPF 050.XXX.XXX-22) em 23/03/2026 09:49:31 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ CRISTIANE REGINA DIAS COELHO (CPF 050.XXX.XXX-42) em 23/03/2026 10:21:02 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ GISELE GOULART TAVARES DA COSTA (CPF 144.XXX.XXX-20) em 23/03/2026 10:24:17 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ JULIANA STEMPOZESKAS DE FREITAS (CPF 016.XXX.XXX-95) em 23/03/2026 10:37:14 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/B8FE-DBC9-AA84-C4C8>